

# AVEIRO E O SEU DISTRITO



NÚMERO ESPECIAL DEDICADO AO PROFESSOR DOUTOR EGAS MONIZ

NÚMERO

**18**

1974

AVEIRO  
E O SEU  
DISTRITO

OFERTA DA  
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO  
EDICÇÃO  
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual . . . . . 20\$00

Número avulso . . . . . 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada  
às opiniões dos autores que publica.*

AVEIRO  
C. O. 221  
DISTRITO

OPERTA DA  
PÚBLICA

**bibRIA**

Comi merendas na ria,  
Fui na frota da alegria,  
Vi de Coimbra a folia,  
Namorei, com bizzarria,  
Tricanas de olhas em brasa...  
Mas tudo por fantasia,  
no livro de A Nossa Casa.

e por isso lhe dá mil agradecimentos o seu muito  
grato amigo e admirador

ANTÓNIO SÉRGIO

# bibRIA

IN MEMORIAM  
**DO PROFESSOR EGAS MONIZ**

Deus deu-lhe a luz.

Devolução completa,

Aos homens quis legá-la, intacta flor!

Ciência apenas?

— Não. Também amor.

Sábio que o foi, talvez por ser Poeta...

PEDRO HOMEM DE MELLO

# AO DOUTOR EGAS MONIZ

PRÉMIO NOBEL DE MEDICINA

*Glória ao Sábio de egrégia inteligência,  
Ao bem da Humanidade oferecida,  
Que pela descoberta esclarecida,  
No mundo tem dos sábios a eminência!*

*Luminar milagroso da Ciência,  
Com poder sobre-humano dando a vida  
À luz do pensamento, escurecida  
Pelas trevas sombrias da demência.*

*Glória a Egas Moniz, o Benfeitor,  
De almas enfermas douto Salvador,  
Vencendo a morte em pertinaz defesa!*

*Bendito seja o Mago, o Génio, o Santo,  
O Mestre, que por grandes obras tanto  
Honrou a Medicina Portuguesa!*

CARDOSO DOS SANTOS

## Em Avanca viu luz — Nova luz da humanidade...

A revista **Aveiro e o seu Distrito**, no desejo de recordar os valores da nossa Terra, presta hoje homenagem ao Doutor António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, na ocorrência do primeiro centenário do nascimento do insigne Professor; pretende desta forma juntar a sua voz aos louvores póstumos que lhe são oficialmente tributados pela Nação.

Se, por um lado, tal iniciativa quer ser uma recordação de quem foi um dos nossos ilustres conterrâneos, ela deseja outrossim significar um agradecimento ao Homem que se elevou desinteressadamente acima dos demais para bem da Humanidade, prestigiando assim o torrão natal e a Pátria Portuguesa.

### DEVOTADO AOS OUTROS

A vida do Doutor Egas Moniz, mais do que uma caminhada horizontal de triunfo em triunfo, projectou-se autenticamente numa linha em ascensão.

Tendo nascido na vila de Avanca, do concelho de Estarreja, a 29 de Novembro de 1874, frequentou a instrução primária numa escola da vizinha freguesia de Pardilhó; cursou os estudos liceais no Colégio de S. Fiel, dos Jesuítas, e, os últimos anos, no Liceu de Viseu. Após os preparatórios de Medicina, em Coimbra, desde 1891, matriculou-se em 1894 na respectiva Faculdade; terminado o curso em 1899, doutorou-se em Medicina a 14 de Julho de 1902; a partir de 1903 foi professor catedrático na mesma Faculdade de Coimbra (Anatomia, Histologia e, mais tarde, Patologia Geral), sendo transferido para a de Lisboa em 1911, onde ocupou a cadeira de Neurologia, então criada. Nesta Faculdade, que dirigiu durante algum tempo, dedicou-se também aos trabalhos da angiografia cerebral e da leucotomia pré-frontal, cuja descoberta o tornou mundialmente conhecido. **Isso proporcionou-lhe** a entrada na Academia das Ciências de Lisboa e fê-lo sócio de diversas academias estrangeiras.

Na actividade política, foi deputado em várias legislaturas parlamentares, desde 1903 até 1917; neste capítulo, teve a oportunidade de mostrar as suas qua-

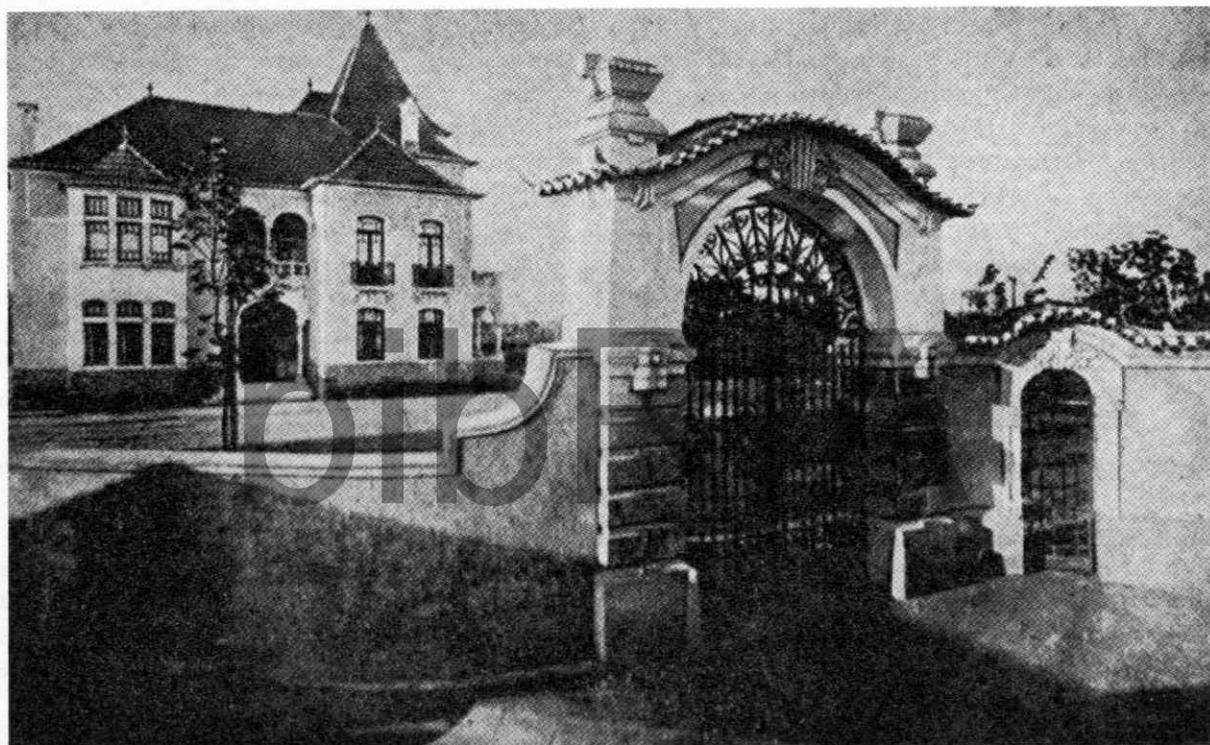
lidades de orador. Exerceu ainda os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros e de diplomata; por seu intermédio, quando embaixador em Madrid, o Governo do Dr. Sidónio Pais conseguiria o reatamento das relações com a Santa Sé, interrompidas em 1911.

Também não lhe foram alheios os domínios da arte e da literatura, onde evidenciou as capacidades de um espírito multifacetado.

No ensino universitário, jubilou-se em 1944, por ter atingido o limite de idade. A 29 de Novembro desse ano, ao proferir a última lição em Lisboa, foi-lhe prestada uma significativa e simpática homenagem, em que não faltaram a presença e os aplausos de alunos, colegas, colaboradores e professores. Passados dias, a 23 de Dezembro, em Estarreja, no salão nobre da Câmara Municipal, os patrícos de tal forma lhe manifestaram a sua estima que a sessão teve foros de apoteose.

Em fins de Outubro de 1949, as agências internacionais de informação davam a notícia de que o Professor Doutor Egas Moniz fora galardoado com o Prémio Nobel. De facto, o ilustre médico recebia o seguinte telegrama, vindo de Estocolmo, com data de 28 daquele mês: — «O Colégio dos Professores do Instituto Carolino decidiu atribuir o Prémio Nobel de Fisiologia e Medicina de 1949, metade a Vossa Excelência, pela descoberta do valor terapêutico da leucotomia pré-frontal em certas psicoses, e metade ao Professor Walter Rodolf Hesse, de Zurique, pela sua descoberta da organização funcional no diencéfalo para a coordenação da actividade dos órgãos interiores. — Hilding Bergstrand, Reitor do Instituto Carolino».

Tamanha distinção era concedida pela primeira vez a um filho de Portugal; por isso, o facto encheu de alegria não só os meios cultos da nossa Pátria, mas ainda outros sectores da vida nacional. Havia justa razão para tanto: o Doutor Egas Moniz passava oficialmente a ter um lugar de relevo na brilhante teoria dos grandes benfeitores da Humanidade.



Casa do Marinheiro, em Avanca

## FALANDO DE SI PRÓPRIO

Quase imediatamente a seguir à concessão do Prémio Nobel, uma comissão de conterrâneos promoveu a erecção de um monumento em Avanca, que veio a ser descerrado a 24 de Setembro de 1950. A meio da pedra de granito, que se ergue perto da igreja paroquial e de face para a estrada que leva ao Porto, encontra-se a máscara brônzea do homenageado, admirável trabalho do aveirense e advogado Dr. David Cristo. Por cima foi gravada a legenda: — «A Egas Moniz», e no sopé: — «Aqui viu luz nova Luz da Humanidade» Na face posterior lê-se: — «Em 29 de Novembro de 1874, na Casa do Marinheiro, perto desta memória, nasceu António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz — Médico, catedrático, cientista, escritor, académico e estadista — De renome mundial — Por seus excelsos méritos distinguido entre outros com o Prémio de Oslo e Prémio Nobel de Medicina. 1949. — Ao Homem e ao Sábio, Avanca e Pardilhó — 24-9-1950» Assistiram à cerimónia, não apenas muitas pessoas das freguesias que haviam tomado a iniciativa de levantar o monumento, mas também inúmeros admiradores seus, quer do concelho de Estarreja, quer de várias partes do País, vindos das diversas camadas sociais; destacava-se entre todos uma deputação de gente do Porto e das suas vizinhanças.

Falaram vários oradores, que explicaram o significado daquele acto e interpretaram o sentimento dos presentes; o povo, mesmo em manifestações festivas e ruidosas, deu largas a um justificado regozijo. Por fim, o Professor Doutor Egas Moniz tomou a palavra e, antes de agradecer, sobretudo recordou. Eis o breve discurso, que é um pedaço do seu coração:

— «Minhas Senhoras, meus Senhores:

Quando em Junho de 1927 consegui ver aos raios X, as artérias do cérebro, através dos ossos espessos do crânio, tive um dos maiores deslumbramentos da minha vida.

Vira uma coisa que até ali ninguém conseguira ver e, perante os meus olhos ávidos de inéditas curiosidades, perpassou um panorama imenso de perspectivas em que rodopiavam aspirações de novas descobertas que, pouco a pouco, se foram transformando em realidade. Outras mais foram surgindo na evolução dos trabalhos.

Logo que obtive a primeira arteriografia cerebral, corri a Paris onde apresentei à Sociedade de Neurologia e à Academia de Medicina da grande capital a minha descoberta e onde alcancei a sua consagração. A oposição dos colegas, em Lisboa, começou a declinar, embora ainda me atordoassem os doestos de uns e me impressionassem as reservas de outros.

Nessa altura, em princípio de Agosto, vim para o costumado repouso da aldeia, e o povo de Estarreja e Murtoza com as suas figuras mais representativas, presas ao entusiasmo de um sucesso que apenas se esboçava, receberam-me e acarinharam-me festivamente.

Em todos os meus trabalhos faltaram-me, é certo, auxílios das estâncias superiores; mas tive desde logo, os incitamentos dos elementos populares que, conhecendo vagamente as minhas conseqüências e resultados, os cobriam de bênçãos e de encorajamentos.

Nem todos os que me escutam podem calcular o que foi a minha labuta, as escarpas que tive de subir, as veredas pedregosas que tive de calcorrear, as incertezas e as decepções a vencer, o trabalho interior de horas intermináveis de meditação, muitas passadas nesta aldeia e também os momentos de suprema ventura, que nenhuns outros igualam, de ter arrebatado ao desconhecido uma nova verdade, um novo facto.

Com a descoberta da angiografia cerebral alcancei muitas provas de consideração aqui e sobretudo no estrangeiro. Em 1945 deram-me o prémio de Oslo que, pela primeira vez veio para um estrangeiro, prémio modesto, mas vindo logo em seguida à guerra mundial e dum país — Noruega — que tinha sofrido as agressões violentas de Hitler que a espezinhou. Quero, neste momento de grande satisfação, saudar o nobre povo escandinavo, modesto e generoso, de território alcantilado e ingrato, mas de gente destemida, que uma auréola de justiça hoje ilumina e cobre!

De espírito insaciado, não cruzei os braços sobre a obra da angiografia cerebral que hoje corre divulgada em volumes publicados em alemão, inglês, francês, italiano e espanhol, e que se pratica em todas as clínicas neurológicas do mundo.

Muito tempo, cerca de três anos, andei preso à preocupação de poder cirurgicamente alterar as ideias mórbidas de alguns doentes mentais. Quantas sombras rondaram no meu cérebro em torno deste fulcro fundamental! Estudo da constituição do cérebro, das suas células de intrincada contextura, neurónios e células gliais, da sua fisiologia e das suas alterações patológicas. Fui assentando noções, precisando factos, chegando a algumas conclusões.

Ligados às conexões neuronais, às fibrilhas e sinapses, aos influxos a redemoinharem em correntes, observadas ao galvanómetro, através do tecido nervoso... tivemos um dia o pensamento redentor. Nos loucos, com ideias fixas, essas correntes de influxos devem fazer-se em circuitos mais ou menos fechados. Se interrompéssemos as correntes dos influxos, estas deviam seguir outro caminho. Podia alterar-se o curso das



Desenho de José Malhoa, oferecido ao Professor Doutor Egas Moniz, quando regressou de Paris, onde anunciou a descoberta da Angiografia

ideias mórbidas. A cura devia produzir-se. E não hesitei. Com a prudência que exigem tentativas dessa ordem fizemos, o Prof. Almeida Lima e eu, a primeira operação. Depois outra e outras, Nenhuma morte. Verificamos ao fim de 20 casos operados — alguns desses doentes asilados durante muitos anos! — que tínhamos alcançado  $\frac{1}{3}$  de curas,  $\frac{1}{3}$  de melhoras, ficando  $\frac{1}{3}$  no mesmo estado.

Destes resultados dei conta em volume publicado em Paris. Estava lançada a operação da Leucotomia prefrontal. Logo divulgada principalmente em Itália, tomou notável incremento na América do Norte, a ponto de tomarem a iniciativa, com o Prof. Walter Freeman na vanguarda, ilustre psiquiatra americano que ainda aqui esteve, de visita, no penúltimo sábado, de realizar, em Lisboa, um Congresso Internacional de Psico-Cirurgia a que concorreram representantes de 27 países, talvez facto inédito na vida de um cientista. Foi o alvorecer de uma esperança a iluminar as enfermarias baças e perturbadas dos Hospitais de Alienados e Asilos, donde já têm saído libertados, curados ou muito melhorados, alguns milhares de prisioneiros da loucura.

A este sucesso, um outro país escandinavo, a grande Suécia, concedeu-me o Prémio Nobel, o mais categorizado do mundo, razão desta homenagem e da ruidosa manifestação que vêm de fazer-me.

As minhas ambições nunca subiram tão alto! Nunca esperei que me concedessem a mais alta distinção a que os cientistas podem aspirar — o Prémio Nobel!

Ecoou em todo o país a boa nova, agitando a classe médica e alvoroçando o povo português.

Todos sentiram a honra que eu trouxe a Portugal; mas foi o clamor uníssono das classes populares que mais generosamente me tem acarinhado.

Hoje é a gente do Porto e seus arredores que vem saudar-me à minha aldeia natal, mostrar o seu entusiasmo pelo meu triunfo e averiguar a sua crença na grandeza de Portugal e da sua raça. Já não há mais terras a descobrir, nem mais mares, nem mais céus, na frase de Pedro Nunes, o que foi glória dos nossos antepassados. Mas surgem as aspirações no campo imenso da ciência onde se apresentam perspectivas para outros empreendimentos. E hoje só é grande o povo que marca o seu lugar na investigação científica.

Do coração lhes agradeço, amigos do Porto e arredores esta romagem, que quiseram assinalar trazendo-me uma placa comemorativa, e entregando-me um mensagem em pergaminho que fica entre aqueles que mais estimo, considero e aprecio.

As minhas aldeias de Avanca e Pardilhó, uma em que nasci e outra em que aprendi as primeiras letras,

aldeias que, no passado, estiveram unidas e juntas continuam na minha afectividade, quiseram concretizar a sua amizade num monumento que, pela concepção e grandeza, mais me perturba do que me envaidece.

É obra prima do artista-nato, Sr. Dr. David Cristo, de Aveiro, cujo talento e cuja técnica estão postos à admiração do público.

O homenageado não merecia tão grande honra; mas sinto-me, em parte, compensado por ter revelado ao público o talento de um grande artista, a ocultar-se na modéstia do seu trabalho de escultor e pintor, e que carece de ser conhecido do país. Arte magnífica que tem guardado apenas para si! Quebramos-lhe o incógnito! O seu talento, o seu notável valor artístico, não lhe pertence, mas sim a Portugal!

Aos meus conterrâneos de Avanca e Pardilhó, não tenho palavras para agradecimentos. De há muito andam estereotipadas, tão repetidas têm sido. Às vezes falam mais os olhos que a linguagem. Já me conhecem a fraqueza que hoje não se repete. Seria vergonha; há gente de fora.

Citarei as juntas de Avanca e Pardilhó os seus presidentes, e amigos dominantes e dinâmicos das duas freguesias.

Não cito nomes, eles sabem bem o lugar alto em que os tenho entre os melhores afctos.

Direi como o estudante alsaciano francês, quando o mestre alemão lhe pergunta onde estava a França: — Aqui dentro, aqui dentro é que estão, e de há muito, os amigos queridos das minhas aldeias, que sempre me têm acompanhado nas vicissitudes da vida.

Veio assistir a esta festa gente grada do distrito e de fora dele! De Aveiro o escol da sua intelectualidade; do país, companheiros de trabalho, que de longe se deslocaram, amigos, entusiasmas e admiradores. A todos rendo o meus melhores agradecimentos.

O Dr. David Cristo quis immortalizar-me! A máscara magnífica que me modelou, Sr. Dr. David, há-de sorrir-lhe sempre que aqui passe — já assim lho ordenei, para lhe mostrar o meu muito reconhecimento e imperecível gratidão.»

(24 de Setembro de 1950)

O Professor Doutor António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz viria a falecer a 13 de Dezembro de 1955. Porque era dotado de um espírito inquieto e altruista, conseguiu ser extraordinariamente útil à Humanidade. Em horas de íntima confiança com amigos, dizia-se contente por ter trabalhado alguma coisa pelo bem dos homens.

Alguma coisa... — afirmava ele com humildade; mas, a chispa do seu génio de cientista foi luz incandescente e não fogo-fátuo. Vale a pena o esforço que se faça pela felicidade dos outros.

# Egas Moniz

PRÉMIO NOBEL



**E**M terras do distrito, ali em Avanca, nasceu, na Casa do Marinheiro, em 29 de Novembro de 1874, o eminente Sábio EGAS MONIZ de seu nome completo António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz — glória da região aveirense e de Portugal inteiro.

Frequentou brilhantemente a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se formou em 1899 e doutorou em 1901, e onde foi Professor até 1911. Neste ano, foi transferido para a Faculdade de Medicina de Lisboa, ficando a reger a cadeira de Neurologia, especialidade a que se dedicou. Faleceu na capital a 13 de Dezembro de 1955.

As investigações e descobertas do Professor Doutor Egas Moniz alcançaram fama universal e haveriam de galardoá-lo com a mais alta distinção — o PRÉMIO NOBEL.

Não foi, porém, somente no mundo da Ciência que Egas Moniz se celebrou: a sua actividade inteligente manifestou-se intensamente também no domínio da Literatura e da Arte.

É vastíssima a sua bibliografia médica e extra-médica, sabendo-se ainda da existência de preciosas cartas e outros escritos inéditos. Damos aqui à estampa um excerto de uns apontamentos, datados de 1948, notas em que ele esclareceu tratar-se apenas de um «esboço do Catálogo da Casa Museu do Marinheiro».

Esta Casa-Museu, sonho que o insigne Mestre acalentou, tornou-se realidade no ano de 1968: foi inaugurada e patente ao público em Julho desse ano, com o nome de Casa-Museu da Fundação Egas Moniz. Reune numerosos e preciosos objectos artísticos que, como afirma, «durante décadas de anos foi adquirindo», os quais farão, sem dúvida, o regalo dos olhos e do espírito dos visitantes.

PRÉMIO NOBEL



O primeiro titular do prêmio Nobel, em Portugal, não foi um poeta, nem um apóstolo da paz, nem um cultor das ciências matemáticas ou físico-químicas: foi um médico. Egas Moniz, neurologista insigne, mestre que concebeu os métodos da encefalografia arterial e da leucotomia pré-frontal, criador genial da psicocirurgia, sábio de universal renome que abriu novos caminhos à ciência e prestou altos serviços à humanidade, acaba de ver a sua obra coroada pelo mais célebre dos prêmios internacionais. Está de parabéns a medicina portuguesa. Deve sentir-se orgulhosa a Nação. Não são os sábios que criam as pátrias; mas são eles que as tornam imortais.

Vilho Dantas

«Durante dois ou três anos pensei na efectivação da «Casa-Museu» do Marinheiro, que minha mulher e eu projectámos legar aos meus patrícios dos concelhos de Estarreja e Murtoza, que sempre me deram demonstrações de estima e apreço, particularmente Avanca e Pardilhó.

Entendemos que o grupo de limitados haveres que possuímos em Avanca deviam formar o grupo que poderia suportar o encargo do Museu.

Tudo foi ponderado, desde a sua organização financeira até à distribuição dos objectos artísticos que formam a base da atracção dos visitantes. Encheu-me de prazer este trabalho, que apreciei nas mínimas particularidades. Reunir num único local as coisas que durante décadas de anos fui adquirindo, informar da origem das mais importantes, viver as peripécias que muitas compras determinaram e que ainda permanecem na lembrança, coisas mínimas que só os que se dedicam ao prazer de coleccionar algumas antiguidades, podem saborear.

Um exemplo: um dia, Álvaro de Miranda conseguiu uma bela colecção de serviços de chá que pôs à venda. Sabia que eu era comprador e, como desejava transaccionar com brevidade a mercadoria, mandou-me um telegrama a pedir a minha visita. Como andava, de há muito, em busca destes objectos, segui no dia imediato, no rápido da manhã, para a Granja. Na caruagem em que entrei também fazia viagem o grande poeta Guerra Junqueiro, a quem me prendia, com muita admiração pelo seu talento, uma amizade a que ele correspondia. Ora o autor de «Os Simples» era também um coleccionador afamado e apaixonado de objectos antigos de arte e conhecedor, a fundo, de porcelanas e faianças. Disse-me que ia passar um tempo à sua casa do Norte. Estranhei um pouco o nosso encontro a «caminho da Granja», mas não fiz reparo de maior. Chegados à estação, verifiquei que Guerra Junqueiro também se apeara e tive então a certeza de que fora avisado pelo Miranda da colecção que obtivera. Deu-se nessa altura uma espécie de marcha forçada para o estabelecimento de vendas, que ficava próximo, do lado oposto à estação, tendo por isso de se atravessar a linha.

Sentindo que ia ter um competidor de grande categoria, apressei o passo, não sei mesmo se cheguei a correr; e, como era mais novo, alcancei o estabelecimento antes que Guerra Junqueiro chegasse. Ao ver o meu avanço, não insistiu em apressar a marcha, dando-me uns minutos de vantagem, que aproveitei em ver as porcelanas. Sobre uma mesa grande havia vários serviços da China de chá: um azul e oiro, completo, um dos mais belos que conheci, um da Companhia das Índias, com firma, também completo, e mais dois incompletos, mas com peças interessantes, azul e branco e

vermelho e branco e bastantes chávenas. Perguntei o preço total. Não discuti. — «Está tudo comprado; mas daqui não sai nenhuma peça, seja para quem for». Concordou comigo. Continuei: — «Vem aí o Guerra Junqueiro, que V. também avisou» — disse-lhe intencionalmente. Não negou. «Repare bem: o que está sobre a mesa já lhe não pertence».

Na impossibilidade de contar as peças, que passavam de 150, fui notando o que era mais importante, ficando assente que, no dia imediato, ficariam no «Marinheiro». Nisto, entrou o nosso querido Poeta. Logo se encaminhou para a mesa onde estavam expostas as preciosas porcelanas. Disse-lhe Álvaro Miranda que eu comprara o lote. Não desanimou de acarinhar uma malga do serviço azul e oiro, que desejava por todo o preço adquirir. Miranda bem lhe dizia que já lhe não pertencia; mas insistia com uma pertinácia digna de um coleccionador de grande classe. Sob o pretexto de ver outras antiguidades expostas, ia vigiando os movimentos do Poeta amigo, naquele momento competidor de temer. Miranda ainda ousou perguntar-me se podia ceder a linda tigelinha... — «Impossível. Então V., amador de coisas de arte, entende que eu posso consentir em ficar incompleto um serviço daquela categoria? É esse o seu grande valor. Comprei tudo. Nada lhe pertence do que aí está». E, dirigindo-me a Guerra Junqueiro: — «Adeus, caro Amigo. Boa viagem. Eu sigo agora no tramway para a minha aldeia, onde receberei as suas ordens. Até breve». No dia imediato tinha em Avanca toda a encomenda e muito nos regozijámos com a vitória apontada.

Outro exemplo: José Relvas, um dos mais notáveis coleccionadores portugueses, conhecedor como poucos de quadros e tecidos, cuja opinião todos respeitavam, deixou ao país um dos melhores Museus que possuímos. Já a casa é digna de ser visitada pela sua arquitectura invulgar, com ressaibo de linhas andaluzas. O recheio é magnífico. Quadros primitivos formam uma das salas. Do melhor que possuímos.

Dos pintores modernos um sem número de preciosidades, de Constantino, Silva Porto, Condeixa, Malhoa... para só citar os que mais me impressionaram. De quadros estrangeiros, uma abundante documentação.

Uma excelente cópia dos Borrachos de Velasquez e um quadro original que lhe é atribuído e ao qual, à primeira vista, dei essa paternidade. Soberbo. Em louças, Saxe, China, Índia, Vista Alegre, tudo ricamente representado. Tem um grupo de Saxe como nunca vi igual e outro também muito grande e muito belo. Em mobiliário, uma sumptuosidade que mereceria uma larga descrição se a memória me ajudasse e fosse aqui lugar azado para o fazer. Tapeçarias como não há mais belas. Embora seja pouco conhecedor desse género, citarei entre as portuguesas um tapete de Arraiolos, de

seda, antigo, exemplar único; e riquíssimos paramentos religiosos que dariam o precioso recheio de uma suntuosa Catedral. Não há catálogo deste maravilhoso Museu, no conjunto o mais rico de Portugal. Quando estiver patente ao público, será motivo de peregrinação para os romeiros da Arte.

José Relvas andou muito tempo em torno de dois quadros franceses da época romântica, tipo Corot, (ilegível) com assinatura indecifrável, pois os nomes estão substituídos por uns sinais que não pude interpretar. Eu também apreciava os quadros em que se respirava melancolia e eram de minuciosa e primorosa execução. O antiquário teimava num preço que José Relvas se não decidia a dar, elevado para a época, insignificante com a actual desvalorização da moeda. O episódio deve ter-se passado há cerca de 40 anos. Eu também achava a quantia excessiva mas um dia, num ímpeto de coragem, resolvi-me a satisfazer a exigência do antiquário e trouxe os quadros para casa. Figuram hoje, como jóias valiosas no salão da Casa do Marinheiro. José Relvas conheceu o nome do rival e disse-me um dia que os quadros eram bons, mas que não valiam o dinheiro que por eles dera. Por isso os não tinha adquirido.

— «Às vezes os fracos tomam assomos de valentões» — retorqui-lhe, sorrindo. Com efeito, comparar as magras possibilidades com as de José Relvas, era audácia que me ficava mal. José Relvas sentiu não se ter decidido pela compra. Daí a explicação.

Também perdi algumas partidas, entre elas uma em Madrid, num brique-à-braque na Calle S. Jerónimo, que ainda agora me aborrece. Havia ali dois ricos grupos de Saxe coloridos, duma rara perfeição. Estavam na casa há muitos meses. Ninguém lhes pegava. Perdi-os por uma ninharia, de um dia para o outro. A vida de coleccionador sofre destas contrariedades. Pequenas coisas que só os que andam por estes trilhos sabem sentir e apreciar. Raro é o objecto adquirido que não tenha a sua pequena história que relembramos na apreciação das colecções. Os objectos falam-nos como amigos velhos, e alguns—já noutro campo—parecem discutir connosco a sua autenticidade. Em peças da China, quando se quer penetrar a fundo na determinação da época exacta a que pertencem, mesmo os grandes peritos, de lente em punho e cheios de experiências, caem em erros ou ficam em incertezas impenetráveis. As porcelanas das dinastias de Ming, de Tsing, do período Yung-Ching ou Keen-Lung são problemas para mim transcendentais, pois até as peças foram por sua vez imitadas. Copiaram-nas de potes, jarras e pratos de épocas anteriores. O emprego de certas cores, dos vidrados e esmaltes podem inclinar os conhecedores para um certo período, para uma determinada época; mas, como diz Blacker (ilegível), as dificuldades de apreciação são inúmeras. Desde que

as peças chinesas tenham a patina que o tempo lhes traz e sejam belas, o resio pouco me importou no momento da sua aquisição. Os pratos dos serviços mais conhecidos têm características próprias, como por exemplo a cercadura típica da louça de Cantão. São contudo especialmente apreciadas pelo conjunto de desenho e pelo brilho especial que o tempo lhes trouxe.

Nas peças policrómicas, e mesmo no azul e branco, têm valor especial os serviços da Índia que apresentam figuras chinesas ou figuras europeias, como se observa em porcelanas da Companhia das Índias. Possuimos alguns desses exemplares, que vão ilustrar o nosso Museu.

De antigas porcelanas portuguesas, já se coleccionam entre nós as da fábrica da Vista Alegre, especialmente as da marca oiro, de que há também bastantes exemplares na nossa colecção. A marca azul com letras pequenas foi, segundo creio, a que se lhe seguiu, sendo as letras V. A. maiores na época subsequente. Há peças preciosas dos primeiros tempos. Sirva de exemplo um tinteiro, dessa época; um serviço de chá, marca oiro e outras porcelanas da mesma época, como um cesto vazado da mesma marca que possuo, para citar um exemplo e que ficarão expostos. Nos períodos seguintes também houve alguns belos exemplares, de decorações policrómicas de artistas franceses e portugueses que estiveram ao serviço da fábrica. Esta melhorou muito ultimamente, passando a ser uma excelente escola de oleiros, a mais notável do país, alcançando mesmo com justificada razão renome no estrangeiro.

Os vidros da Vista Alegre são também muito apreciados. São anteriores às boas porcelanas. A fábrica conseguiu obter cristais magníficos. Todos conhecem os copos com incrustações de retratos de reis, rainhas e algumas ordens honoríficas. Alguns exemplares figurarão no Museu do Marinheiro; mas faltam outros. Alguns perdi por falta de coragem e decisão em os pagar, quando ainda eram acessíveis à minha bolsa, entre eles um com a efígie de D. Miguel, que, em homenagem ao passado, ficaria bem na Casa-Museu que após a nossa morte se organizará. Também tenho algumas peças, hoje muito raras, de vidros de primitivo fabrico, em especial uma compoteira de cuja identificação não tenho dúvidas. Na exposição que há anos se realizou em Lisboa, de peças antigas da Vista-Alegre, apareceu uma preciosíssima colecção de cristais, quase todos da família Pinto Basto, a quem a fábrica pertenceu e suponho ainda pertence, pelo menos na sua maior parte, peças a rivalizar com o que de melhor se obteve no estrangeiro. A colecção que possuo da Vista Alegre —porcelanas e vidros—foi constituída através de muitos anos, muito antes de pensar na organização de um Museu. Havia uma razão a orientar-me neste sentido; era do meu distrito e foi nessa fábrica que o operário Capote, de que tenho o busto, descobriu os

primeiros jazigos de caulino, indispensável ao fabrico da porcelana. No catálogo definitivo serão descritos todos os objectos expostos de que fica notícia nos inventários que possuo das Casas de Avanca e Lisboa. Eles servirão de base à ordenação final.

Por agora deixarei apenas umas notas expressas (um pouco ilegível) ao correr da pena, esboço sem a pretensão de servir de directriz à ordenação dos objectos que consegui amontoar. E com ele um ou outro episódio, que, servindo para amenizar a leitura — se alguém se der ao trabalho de compulsar estes apontamentos, ou um outro facto íntimo, até aqui esquecido ou ignorado. Tudo ninharias; mas anseios de quem tem a vida presa à sua aldeia, à família querida, e à Casa, escriptorio de saudades que levarei comigo para o eterno esquecimento.

O livro «A Nossa Casa», que publiquei mais tarde, mostra todo o afecto que eu e minha mulher lhe dedicamos. Estas notas foram escritas antes de o escrever. Foi aqui a sua origem. São de 1947, antes de me terem celebrado com o Prémio Nobel que veio no fim da vida, mas a tempo de tornar mais justificado o nosso intuito, de não dispersar a nossa colecção antes de juntarmos nesta Casa-Museu para regalo e educação dos meus patrícios. De tal maneira o povo português me tem considerado, que, uma vez por outra, se dignará visitar este modesto solar, que foi dos meus e onde nasci.

biblioteca

A primitiva Casa do Marinheiro era uma modesta construção do século XVII, similar à outras de Avanca de que ainda hoje se conservam vestígios. A Casa do Mato, a mais antiga, que sucedeu a uma outra, foi edificada por volta de 1500, segundo rezam apontamentos de família, que possuímos. Está bastante arruinada, mas ainda tem num portão lateral uma bela pedra armoriada, mandada fazer no século XVIII por um sacerdote da família.

A antiga construção tem janelas similares à parte térrea da Casa da Areia, outra construção da época, depois acrescentada com uma parte mais alta, também interessante pela forma dos telhados. A antiga Casa do Outeiro também tinha traça similar, segundo ouvi contar. No mesmo local levantaram no século XVIII o belo solar que hoje existe com a capela estilizada, D. João V, uma das mais interessantes que conheço no seu granito lavrado, da melhor actegoria. Outras casas houve em Avanca, da mesma época, de famílias aparentadas, a dos Brandões e a do Telhado, já de transição, assobradada, com varandas de ferro forjado simples, ambas demolidas e de que, dentro em pouco, apenas só ficará fugaz memória dos locais onde existiram.



Mãe do Professor Egas Moniz

A actual Casa do Marinheiro foi reconstruída, aproveitando todo o perímetro da velha edificação, depois aumentada para o Sul, dando a frente para a estrada que, da estação, segue para Mourão e Pardilhó. A entrada do antigo prédio era do Norte, do lado oposto. Ainda me lembro de não haver estrada, melhoramento primordial que deve ter sido levado a efeito por volta de 1879, segundo as minhas reminiscências. Avanca era nessa época uma pacata terra de lavradores, que, querendo dar-se ares de senhores, empobrecia a olhos vistos, Só se salvavam alguns, também possuidores de boas leiras que eles próprios cultivavam com porfiado trabalho.

O primitivo apeadeiro dos Caminhos de Ferro, que se deve a João Facheco Corte Real com influência por parentesco junto de José Luciano de Castro e seu irmão Francisco Matoso de Castro Corte Real, que dominavam a política do distrito por ser José Luciano o chefe do partido progressista, um dos grandes agrupamentos políticos dessa época.

O modesto apeadeiro da linha férrea foi substituído por um edifício de belo aspecto, com ilustrações de azulejos de Aveiro, graças à iniciativa e aos esforços duma comissão de que faziam parte o Prof. Boaventura Pereira de Melo, Cap. Manuel António da Silva Pereira e outros. Foi esse o primeiro grande passo para o progresso da freguesia de Avanca a sua ligação por estradas com as aldeias vizinhas, especialmente com

Pardilhó, de população dinâmica, activa e empreendedora, principalmente em construções navais em cuja carpintaria, agora quase sempre fora das suas Ribeiras, ainda mantém a hegemonia do operariado desta arte. Ao lado dessa, outras actividades industriais e comerciais têm mostrado quanto os pardilhoenses se comparam em engrandecer o seu burgo, É de muito mais



Pai do Professor Egas Moniz

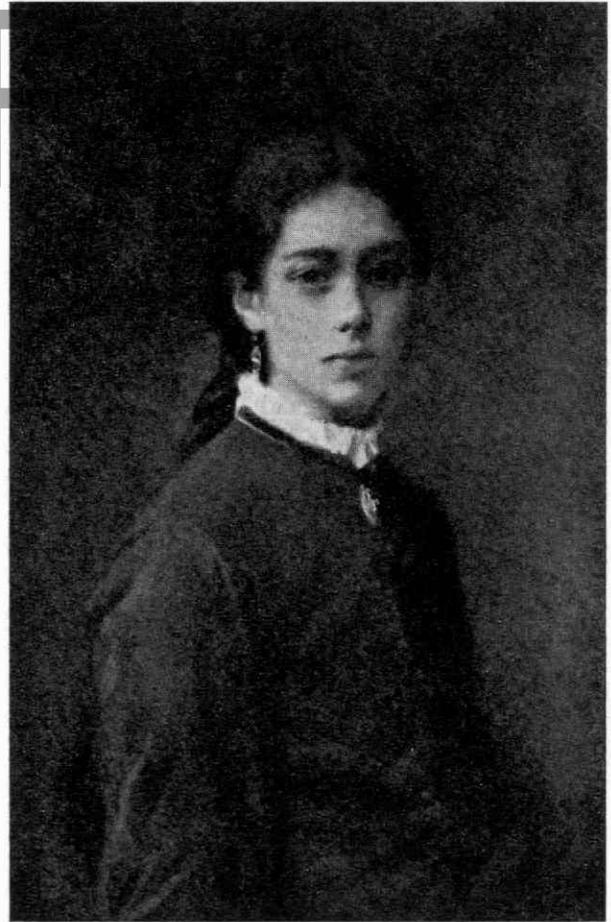
recente data do que Avanca, a qual, há pouco mais de um século, estava ainda eclesiasticamente ligada.

Avanca é uma terra antiga, que dizem fora da vila em remotos tempos, pois é coeva da fundação da monarquia lusitana. Teve famílias, todas mais ou menos aparentadas, com brasões de armas e falúcias nobiliárquicas que muito as prejudicaram, afastando os seus membros de actividades produtivas, perdendo-se na inactividade de grandes senhores, quando não havia riqueza intrínseca para tal. Outros Avancanese subiram, no campo industrial e comercial, e a custo resgatavam, pelo trabalho, a estagnação da actividade dos que os antecederam. Ainda me lembro, em criança, das aparências fictícias dum fausto que não podia manter-se em agradáveis festas de gente bem educada e de boas maneiras, qualidades que representavam alguma coisa, mas não bastam às exigências e progresso da vida, que por toda a parte se levanta sobre pilares sólidos duma actividade honesta, persistente e regrada. Meus pais e meus tios, agregado familiar muito amigo e muito unido, viram talvez tarde, para eles, o problema; mas muito a tempo para mim. E não digo para os meus três irmãos, infelizmente levados cedo pela morte e pela desventura.

O mais velho, António Joaquim, faleceu criança; minha irmã Luciana Augusta de Sousa Abreu Freire veio tuberculosa do Convento de Arouca, onde estava a

educar-se e finou-se em Avanca, aos 16 anos, entre cuidados e carinhos, numa consumpção geral, quando a existência era apenas um vago e prometedor sorriso. Foi-se com ela a alegria do nosso lar. Todos a estimavam. As primas do Outeiro e da Areia disputavam a sua amizade e compraziam-se com o seu agradável convívio. Por fim, já nem o seu piano a chamava, pois faltavam-lhe forças para mover as teclas, o que tanto prazer lhe dava e a todos nós, que, em torno das suas modestas exhibições, enlevados a ouvíamos. O meu irmão Miguel Maria, de nome que evocava as tradições legitimistas de toda a família paterna, pois meu avô António Pinho de Resende fora tenente-coronel de caçadores e um dos bravos que à frente do seu regimento atacaram o Porto onde o constitucionalismo alcançou ruínosa vitória. Um tio meu, de nome Miguel, foi afilhado do Sr. D. Miguel, como soia dizer-se, mesmo na maior intimidade, com mesura das damas da família, ao pronunciar-se-lhe o nome. Meu irmão ainda conservou o nome numa homenagem de saudade ao Rei proscrito.

Minha mãe era caramulana, filha de um grande liberal daquelas terras montanhosas, Rafael Henrique



Irmã do Professor Egas Moniz, Luciana Augusta de Sousa Abreu Freire



Tio do Professor Egas Moniz, Padre Caetano de Pina Resende Abreu Sá Freire, que custeou os estudos do Sobrinho

de Almeida e Sousa, o Rafael de Alcofra, que de tempos a tempos visitava a filha, que o adorava. Mas não entrava em nossa casa, falava-lhe do caminho. Andava de mal com o meu pai, e talvez no complexo determinante do corte de relações entrasse o coeficiente político; pois os dissídios das lutas liberais permaneceram por muitas décadas de anos na sociedade portuguesa. Só com ele convivi depois do desaparecimento de meu pai, já então colegial, nas férias, em Pardilhó, em casa de meu Tio Abade. Admirava a sua bela barba branca, o seu fato de burel de montanhês intemerato das guerrilhas antimiguelistas e companheiro de luta do célebre Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, a quem por iniciativa liberal, levantaram uma estátua em Viseu. Meu avô era vivo e simpático no seu convívio. A sua conversa anedótica deleitava-me. Ainda me estimam no Caramulo por essa ascendência de Alcofra, aldeia perdida na vertente norte da serra, num vale profundo, onde ainda hoje negreja a casa do Carril, na qual viveram os meus maiores e se criou a minha querida Mãe.

A gente de Vouzela nunca se esquece de mim, nas horas de homenagem; a elas se associando com entusiasmo pois para os Vouzelenses continuo a ser cara-

mulano, portanto conterrâneo. Minha mãe não foi feliz na vida. Nem lhe pude dar a compensação que esperava proporcionar-lhe, fazendo-a viver uns anos de tranquilidade, amparada pelo meu braço. Faleceu cedo, sem que eu pudesse saldar a minha dívida de reconhecimento. Meu pai viu-se em más circunstâncias pecuniárias e, homem de decisão, empregou-se na Alfândega da Beira, na província de Moçambique, vindo a falecer em Lourenço Marques antes de completar dois anos de voluntário exílio.

Meu irmão Miguel seguia o liceu em Viseu, para onde meus tios me mandaram concluir o curso secundário. Até aí frequentara um colégio de Jesuítas, em S. Fiel, e falava ao tempo no propósito de pertencer à Companhia. Nessa época deslumbrava-me a Matemática, como a mais bela das ciências. Prendiam-me os problemas que, já fora do curso liceal, um jesuíta de grande categoria mental, o Padre Fernandes Sant'Ana que ao tempo ensinava essa disciplina em S. Fiel, me dava para entretenimento, especialmente numas férias que ali passei, e a que, se bem me recordo, nunca deixei de lhes encontrar solução. Devo dizer em abono da verdade que não era este professor que me instigava a entrar na Ordem. Pelo contrário, aconselhava-me a seguir cá fora, o destino escolar que escolhesse e, se mais tarde pensasse em seguir a vida religiosa, que fosse então. Só assim mostraria ter decidida vocação. E, de facto, não a tinha. Passados três meses em liberdade, não mais pensei na Companhia de Jesus. Começaram então a assaltar-me dúvidas sobre problemas religiosos. Em menos de um ano, despia-me de todas as poeiras que me prejudicavam a visão e desde essa época adquiri a independência mental que perdura hoje, na avançada idade em que estou escrevendo, com a mesma convicção e segurança. Meu irmão Miguel seguia bem nos estudos, três anos atrás de mim. Naquele tempo os exames eram singulares e as disciplinas não obedeciam rigidamente à organização dos estudos por anos.

O facto é que fui estudar inglês com ele num prelector militar que conhecia bem a língua. Meu irmão tinha jeito e gosto pelo estudo dos idiomas estrangeiros, habilidade em que nunca fui forte.

Eu estava bastante sobrecarregado com estudos, nesse último ano liceal e abandonei um pouco o inglês que meu irmão, por fim, me ensinou de sorte a poder fazer exame. Nas provas finais, alcancei um prémio em Matemática e distinções em outras disciplinas. O inglês foi o último exame. Entrámos os dois a provas em dias seguidos. Resultado: o Miguel ficou aprovado e eu, que não tinha metade do seu saber, fiquei distinto. Isto contrariou-o ao máximo, não por emulação, pois era muito meu amigo e apreciava as minhas qualidades, mas pela injustiça do facto, tanto mais que as

provas se distanciaram, sendo as dele muito melhores. Isto concorreu para, passado mais um ano de liceu, atendendo por um lado às dificuldades financeiras da casa e por sua vez dando satisfação ao seu feito aventureiro de origem, pedir a meu tio para ir para a África trabalhar, ganhar a vida: pois, esclarecia, era um encargo pesado para meu tio estar a subsidiar, ao mesmo tempo, a educação de dois sobrinhos. No fundo, porém, era a revolta contra a injustiça de que foi vítima e uma tendência inata para ver novos horizontes na vida. Da família só meu tio Padre Caetano de Pina Resende Abreu Sá Freire, ao tempo abade da freguesia de Pardilhó muito dedicado à família, podia a custo arrostar com as despesas da educação dos sobrinhos que estremecia. Muito económico, a braços com dificuldades para salvar a Casa do Marinheiro que teve de comprar em praça e que não desejava perder, por ser o modesto solar da família, onde seus pais tinham falecido, e nós tínhamos nascido.

Opôs-se com boas razões aos desígnios do meu irmão; mas, por fim, consentiu em que partisse, no que também concordou minha pobre mãe, que vivia em nossa companhia em Pardilhó.

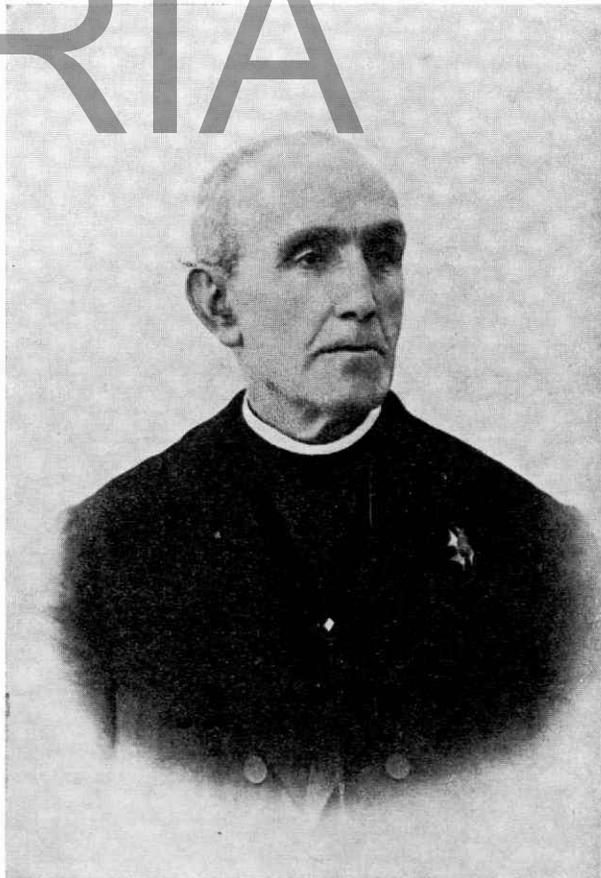
Dias de lágrimas, de minha mãe, minhas e também do velho Abade no dia da despedida. Quis acompanhá-lo ao embarque a Lisboa. Assisti à largada do vapor, seguindo-o até o perder no escuro do horizonte e descrevia a cena com uma realidade impressionante, em que a saudade punha lances de drama que todos vivemos em hora amargurada. Na sua exposição simples e comovida havia passos de uma poesia íntima, afectiva e dolorosa. Depois da ceia, meu tio continuou a salmodiar o breviário e minha santa mãe levou-me para o oratório, a fim de rezar à Virgem da Boa-Viagem para proteger o Miguelzinho e a pedir que lhe desse sorte por terras de África onde já tinha falecido meu pai. Procurava aliviar as suas desgraças nas suavidades da crença em que se enlevava. Horas de suprema angústia para a minha querida mãe, tão boa e tão cruelmente experimentada pelas mais duras adversidades.

Meu irmão era audacioso e forte. Um pouco moreno, parecia-se mais com minha mãe. Era um caramulano de músculo forte e tez amorenada. Empregou-se na Beira, logo que chegou, e a vida corria-lhe regularmente. Mas seduziam-no as caçadas aos leões e um dia foi mais longe com os companheiros, em busca das feras. Informou um deles que meu irmão abatera dois leões; mas uma fera prostrou-o definitivamente na selva muito longe da Beira, onde ficou sepultado à sombra das palmeiras esguias em que o rumorejar das folhas ainda hoje reza, ao sopro das ventanias, pelo seu eterno repouso.

Falecera em Lobão meu tio Augusto, o carinhoso padrinho de minha irmã Luciana. Não tardou que minha mãe os acompanhasse. Faleceu com pouco mais de 50 anos. E da numerosa família apenas restava eu, como seu representante, ao lado de meu bom tio Abade e do velho tio João António, último sobrevivente de Lobão da Beira. Veio ver-nos a Pardilhó. Aproveitei para os fazer fotografar e em grupo comigo, última trindade dos Resendes.

Estava no quarto ano de medicina, quando me faltou o meu tio Abade e queridíssimo amigo que, acima de todos queria ressuscitado para ver a carreira que pude percorrer devido aos seus estímulos pelo trabalho, pregação constante com que me embalava, aos seus carinhos e ao seu valioso e indispensável auxílio.

Deixou-me a Casa do Marinheiro entre os seus haveres. Ninho abençoado, que recorda todo este passado familiar e onde decorrerá a vida inteira ao lado de minha carinhosa Mulher, que tanto se afeioou à terra onde nasci. Foi sempre o nosso melhor refúgio no redemoinhar de alegrias e contrariedades da vida. Tudo devo a meu tio e padrinho. Santo Velho que trago sempre no meu coração, ao lado dos meus pais, talvez mais alto ainda! E seriam estes que o desejariam



Outra fotografia do tio do Professor Egas Moniz

ver mais elevado no altar dos meus melhores afectos. Meu tio João António faleceu três anos depois do Abade.

Em mim termina a estirpe, pois não tenho descendência. Não sinto pesar por isso e só o sentiria, se não tivesse arranjado solução de continuidade para a nossa Casa do Marinheiro, onde guardo as minhas saudades e afeições, Santo Graal onde luzem as altas virtudes — e tantas foram — dos que mais amei na vida.

Estas evocações que o coração ditou e ficam nestas páginas íntimas, vieram à colação por me referir à Casa de Avanca. Era-me indispensável deixar escritas estas impressões<sup>(1)</sup> de um passado que tenho sempre presente, coisas por certo desconexas por acudirem à pena sem sofrerem retoque ou correcção. Simples confissões íntimas, retratadas em pinceladas duma forte tonalidade afectiva. Panorama de uma época que só tem impor-

tância para a minha sensibilidade. Recordo-a com prazer, e não raras vezes se me humedecem os olhos no embevecimento de lembranças que só a mim acalentam nas horas que vão passando. Quando me prendo a estas recordações, entro numa espécie de êxtase emotivo, vivendo o sonho triste, mas reconfortante das pessoas queridas que represento neste momento da existência. É provável que mais tarde me abalance a fazer um volume sobre a família e a Casa do Marinheiro. Espécie de autobiografia da idade infantil e juvenil, se tiver tempo e disposição para ir tão longe. Por agora ficam aqui exaradas umas notas preliminares que ficarão arquivadas na Casa-Museu que espero as conserve, pois não valerá a pena publicá-las.

---

(1) — O que aqui escrevi em 1947, foi o esboço do meu livro «A Nossa Casa», publicado em fins de 1950.

# bibRIA

## Egas Moniz, o político — No centenário do seu nascimento (1874-1974)

*Pelo Dr. Cruz Malpique*

### DOIS DEDOS DE PRÓLOGO

Nasceu este opúsculo do desejo de colaborar no centenário do nascimento de Egas Moniz. Não valeria a pena escrever sobre o caso, se Egas Moniz não tivesse sido preclara figura do seu tempo. Precisamos de — num momento em que vai predominando o homem-massa —, trazer ao de cima, e à ponderação consciente de todos, as figuras excepcionais, paradigmáticas pelo seu saber, pelo seu carácter, pela sua originalidade construtiva.

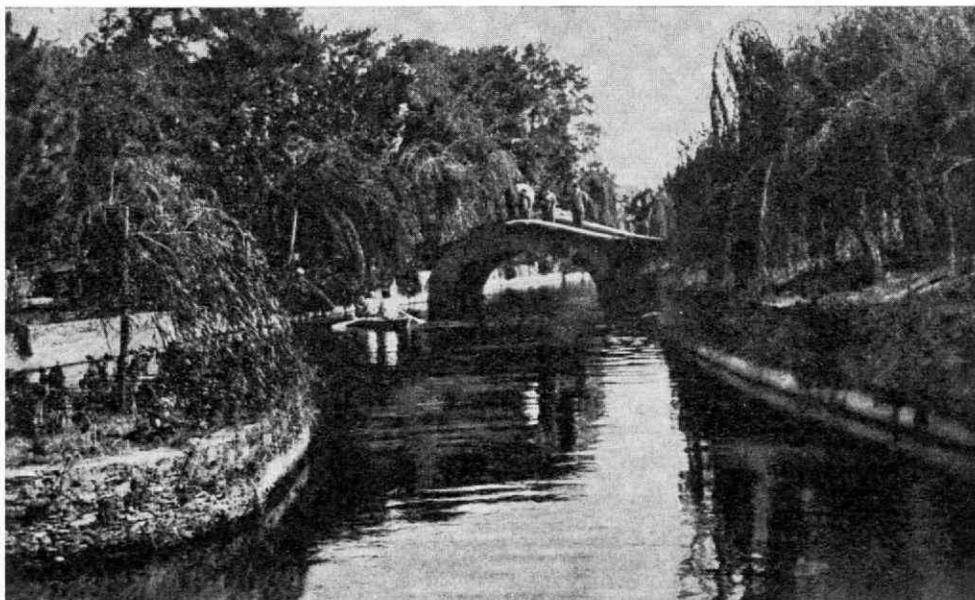
Sem minorias selectas, o povo fica automaticamente diminuído. São as minorias selectas que criam a ciência, a arte, a grande técnica. A ausência dos melhores, dos aristocratas, no sentido helénico da palavra — que não no de «sangue azul», credo! — dá motivo a que as massas se massifiquem ou plebeizem cada vez mais. Mal vai à civilização, quando, no mundo, se instala e instaura a ditadura das massas!

*Todos os fracassos da história resultam do ódio à fina flor, às minorias egrégias, aos imperativos de selecção.*

A maior parte das ideias deste opúsculo, que nasceu do pedido de uma palestra em que o Club de Estarreja (Julho de 74) quis honrar a memória de Egas Moniz, foi escrita com o intuito de servir. Um homem, um regime, uma confraria? Nem um homem, nem um regime, nem uma confraria, apenas um programa de dignificação humana. Se acaso, conseguimos servir bem esse programa, that is another story como diria Kipling.

Não há belfurinho que não gabe as suas agulhas e alfinetes. Quero, porém, fazer excepção à regra. O que aí vai foi o que se pôde arranjar. Leve o leitor em conta, e por junto, a boa vontade do autor.

Prometemos dois dedos de prólogo. Cumprimos. Passe o leitor adiante — se tanto lhe apetercer.



Um pitoresco lago da Casa do Marinheiro em Avanca

## A DITADURA DE JOÃO FRANCO

...Houve, então, quem pretendesse fazer distinção entre **ditadura** e **administração** em **ditadura**.

João Franco fazia essa distinção, mas era contraditório ao fazê-la, porquanto, nos seus tempos de oposição ao governo constituído, se declarara abertamente contra esse sistema de governar.

A verdade, porém, é que, tão depressa subia ao poder, renegava tudo que, de véspera, dissera (!). Apostasia? João Franco, como o pretor antigo, não curava de coisas mínimas, e coisa mínima era, para ele, o dar o dito por não dito, adorando no dia seguinte, o que, de véspera, anatematizava, e anatematizando, agora, o que, no dia anterior, adorara...

Estranhou-se que o homem vindo dum partido de rótulo liberal atirasse com a liberdade às urtigas, e dissolvesse o Parlamento, sem que existisse conflito entre o Parlamento e o Governo.

Essa dissolução foi considerada como golpe de Estado. E logo se iniciou a guerra contra o ditador.

A lei de imprensa então saída quis amordaçar todas as críticas desfavoráveis à ditadura. Meio mundo foi julgado em tribunal, por ter infringido as disposições dessa drástica lei. Foram uns punidos, foram outros absolvidos. Como quer que fosse, a lei criou clima de manifesta hostilidade à ditadura. Crepitaram por toda a parte os comícios de propaganda republicana. Os dissidentes passaram a constituir chusma. Tudo deixava prever que a monarquia estava por um triz. O Rei dava o seu beneplácito a João Franco. Sem o saber (?), estava assinando a sua própria sentença de morte, sentença que iria verificar-se a breve prazo.

A maioria do Conselho de Estado quis expor a D. Carlos a necessidade urgente de se voltar ao respeito pela Carta Constitucional. Não foi atendida. O Rei negou-se a dar-lhe audiência. Seguiram-se os pares e os deputados e outro tanto aconteceu. Tudo ia convergindo para o pior do pior. Tremendas as profecias então feitas quanto à duração da monarquia e à sorte do Rei. Do Rei que, em carta a Hintze Ribeiro, de 18 de Maio de 1906, dissera, profeticamente: «O Governo só poderia conservar-se pelo terror, e mal está para aqueles que só desta maneira se podem sustentar.»

Pois D. Carlos que tal dissera, caía, transcorrido pouco mais de um ano, na imprudência de conceder a João Franco poderes ditatoriais, que se traduziam numa suspensão de garantias.

Uma das decisões da ditadura franquista que maior celeuma levantou foi a lista civil da família real, que iria ser aumentada para além dos 525 contos que figuravam na lei. Fazia-se o confronto da situação do Rei com a dos Presidentes da República em França, nos

Estados Unidos, e na Suíça. Em França, o Presidente recebia 216 contos, metade dos quais para despesas de representação, viagens, etc. Nos Estados Unidos, o Presidente recebia, por junto, 22 contos anuais. E na Suíça, 2 700\$00

Entendia o ditador que a família real recebendo aquela maquia ainda recebia pouco. A Nação não pôde levar à paciência aquela atitude perdulária e afrontosa para a precária situação das classes trabalhadoras. Com 525 contos sustentavam-se decentemente — assim se dizia — 1 000 famílias (2).

O clima emocional criado pela ditadura nós o entrevemos por certo artigo do jornal **O Dia**, que assim terminava:

«Quer-se cavar um abismo profundo entre as instituições e os que os defendem?

Quer-se arrojarem para o campo republicano milhares de regeneradores, de progressistas, de dissidentes, e de outros cidadãos que não têm compromissos partidários? Pois bem!

Façam-no!

Lembrem-se, porém, que para trás não se volta! Agora resolvam!

Eis porque, nesta hora soleníssima e de luto, daqui perguntamos aos altos poderes do Estado:

**Quem vive?»**

E a resposta que andava no ar era a de que viveria o povo, disposto a dar o golpe de misericórdia na monarquia.

O órgão oficioso da ditadura escrevia:

«A situação do país é tudo quanto há de mais tranquilo.»

João Franco mentia. A situação era a pior. Tinha-se a impressão de que se estava sobre um vulcão prestes a explodir.

Os jornais suspensos constituíam chusma, todos incursos nos dois primeiros artigos da Lei de Imprensa de 21 de Junho de 1907:

«Artigo 1.º — É proibida a circulação, a exposição ou qualquer outra forma de publicidade, dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem pública.

«Art.º 2.º — Os governadores civis deverão suspender a publicação dos periódicos que se acharem nas disposições do artigo anterior.» (3)

A imprensa hostil à ditadura afirmava não haver outra lei que não fosse a vontade do ditador. Nenhuma garantias individuais. Opressão sistemática. O decreto de 21 de Junho pusera termo à liberdade de imprensa.

Dizia-se: «Qualquer Governador Civil, estúpido ou mau, pode suspender os jornais do seu distrito, até 3 meses (§ único do art.º 2.º), sem justificação alguma, e com o risível recurso para o Governo, que há-de sempre aprovar o procedimento do seu delegado de

confiança, que neste caso não faz mais do que cumprir ordens superiores».

João Franco tinha a antipatia da Nação, que se sentia vexada com os seus decretos ditatoriais. E a antipatia que ele provocava tornava-se extensiva ao próprio Rei. O **Daily Express** comentava: «A situação do Senhor João Franco torna-se, neste momento, impossível. É preciso evitar que a própria situação do Rei D. Carlos se agrave!». Comentário da imprensa hostil à ditadura: «Não nos incomoda que a situação do Rei D. Carlos se agrave. Desejamos até que ela se agrave tanto que o obrigue a ir gozar para o exílio o produto dos adiantamentos ilegais por ele e por sua família recebidos. Segundo o Sr. Presidente do Conselho declarou, na câmara dos deputados em 12 de Novembro de 1906».

A data de 14 de Julho de 1907 era aproveitada pela imprensa republicana para louvar a efeméride da tomada da Bastilha e para se fazer o elogio da Revolução Francesa.

A Bastilha era o símbolo da Liberdade oprimida. E vá os jornais hostis à ditadura de escreverem: «A Grande Revolução, cujo início teve lugar na data que hoje celebramos, produziu um duplo efeito no mundo: entusiasmo nos povos sedentos de liberdade, e nos espíritos superiores, como Kant, Fichte, Schiller e Goethe, que compreendiam a justiça das suas reivindicações; susto e indignação nos governos constituídos, que nos progressos da Revolução viam a sua própria ruína.

Houve crueldades inúteis? Derramou-se muito sangue inocente? De certo, não contestamos. Mas os abalos sociais são como as tempestades que, ao passo que purificam a atmosfera, derribam tanto as boas árvores como as más. Condenar ou louvar é fácil; explicar a necessidade dum facto que, embora manchado de sangue, trouxe ao mundo uma nova época civilizadora, só a história de muitas centenas de séculos de tiranias o poderá fazer».

Noticiavam os jornais em Julho de 1907 que o Governo para satisfazer as ordens do Rei, iria fazer eleições em Novembro, para que as Cortes abrissem em 2 de Janeiro de 1908.

Os dissidentes não acreditavam que as eleições fossem feitas com isenção. João Franco não merecia sombra de confiança. Nessas eleições haveria, necessariamente, fraude.

Não se levou a bem que o Supremo Tribunal de Justiça reconhecera como legais os decretos ditatoriais. E, para mais, que os tivesse reconhecido por unanimidade!

Lamentava-se que o Supremo Tribunal de Justiça perdesse uma bela ocasião de prestar óptimo serviço ao país, fazendo respeitar a sua Constituição.

A Associação dos Advogados de Lisboa, a 17 de

Julho de 1907, reunia para lhe ser apresentada uma moção de protesto contra a atitude do Supremo Tribunal de Justiça. A moção era assinada por José de Castro, José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães e António Macieira.

Por 14 votos contra 13 foi rejeitada a proposta. Comentavam os jornais simpatizantes com a moção:

«O voto de desempate foi do sr. conselheiro Beirão, o grande liberalão, que está fazendo bonita figura, não há dúvida.

Os advogados franquistas fizeram o maior obstructionismo, o que conseguiram, pois que 4 dos que eram favoráveis à discussão da proposta apresentada pelo Sr. Dr. António Macieira, retiraram antes de concluída a discussão, de que resultou a vitória do Governo, devido ao Sr. Beirão, com cuja atitude os defensores da proposta se enganaram.

Os treze sócios que votaram a favor da proposta e os quatro que se tinham ausentado pediram a demissão de sócios e vão publicar nos jornais protestos e explicações.

Procedem dignamente.»

Assim se pronunciava a imprensa republicana que ao mesmo tempo dava conta de uma manifestação de pública simpatia a Bernardino Machado, que simbolizava, aos olhos da Nação republicana, o «grande ideal de Verdade e de Justiça — a República».

O propósito era fazer um cortejo cívico em honra de Bernardino Machado, mas o Governo, alerta, proibiu o projectado cortejo.

A homenagem foi, pois, íntima. Íntima, mas apoteótica. O 28 de Julho de 1907, em que essa homenagem se fez, deu brado. Os jornais antiditatoriais comentavam:

«Quanto daria o Sr. João Franco para que lhe fosse feita uma manifestação tão espontânea e tão sincera, como a que recebeu o Dr. Bernardino Machado!

Quanto daria o próprio monarca para que as manifestações espontâneas que lhe preparam, se parecessem sequer com aquela que ao Chefe republicano fez o povo de Lisboa!

Nas manifestações a uns e outros há grande diferença. É que o povo sabe fazer justiça. O rei e o presidente do conselho representam a opressão, enquanto que o Dr. Bernardino Machado é o apóstolo da redenção por que todos ansiamos, a libertação da pátria pela República».

As economias franquistas eram ridicularizadas pelos adversários da ditadura. De 30 de Junho de 1906 a 31 de Julho de 1907, a dívida flutuante aumentava de 1868 contos. Os jornais hostis a João Franco escreviam: «De suborno tem sido a política e a administração do franquismo que, apresentando-se como



Inauguração do Monumento ao Professor Doutor Egas Moniz, em Avanca

Messias Salvador das finanças portuguesas, as está comprometendo gravemente com um desenfreado aumento de despesas para arranjar clientela.

Apesar dos artigos de encomenda a exaltar o governo na imprensa estrangeira, os fundos públicos descem.

E é nisto que consta a tão reclamada administração do franquismo.

Um verdadeiro charlatanismo.»

Em 15 de Julho de 1907, o **Diário de Notícias** publicava o seguinte telegrama de Paris, reproduzindo palavras de D. Carlos, numa entrevista concedida a Galtier, redactor do jornal «Temps»:

«Poderá verificar, no decurso do seu inquérito, que tudo está tranquilo, tanto em Lisboa, como em todo o reino.

Só os políticos se agitam, o que se lhes não pode levar a mal, debaixo do seu ponto de vista, acrescentou o Rei sorrindo.

Discute-se muito e faz-se muito barulho, talqualmente como nas câmaras, nos últimos tempos da legislatura, situação que se tornava impossível e à qual, por isso, era necessário pôr cobro, pois, de contrário, não sei o que de tal confusão resultaria.

Dei, então, a João Franco, os meios de governar.

Falou-se da ditadura; mas o que é certo é que outros partidos, e que são os que mais gritam, me haviam também pedido ditadura.

Eu exigia, porém, garantias de carácter, e tinha necessidade de uma vontade sem fraqueza, para que as minhas ideias fossem imediatamente postas em prática.

João Franco foi o homem que eu desejava, e sobre o qual lançara já, há muito tempo, as minhas vistas. Por isso o chamei no momento oportuno.

A sua força consiste em que tem fé em si próprio e na sua estrela. É um auxiliar precioso e, nas horas de crise, a sua inteligência iguala a sua vontade. É mesmo mais inteligente do que muita gente julga.

Estamos plenamente de acordo; trabalhamos juntos e, ao contrário das intenções que me atribuem, quero mantê-lo, porque estou muito contente com ele.

Isto vai muito bem; e assim durará, porque é preciso que dure, para interesse do país.

Faremos eleições no momento em que o julgarmos conveniente (**notre moment**) sem obedecer a intimações, nem a emprazamentos e, seguramente, teremos maioria, porque o país aprovará a política de João Franco.

Restabeleceremos o equilíbrio orçamental, e extinguiremos o **deficit**.

Em todos os países, para se fazer uma revolução, é preciso dispor do exército.

Ora, o exército português, submisso à Constituição, é fiel ao rei, e ficará lealmente a meu lado.

A maior parte dos oficiais são meus camaradas; servi com eles, conhecem-me, e não tenho a menor dúvida sobre a sua dedicação.

Tudo o que empreendo, ou faço, hoje, é no interesse do país.

Por certo — ajuntou o monarca, sorrindo de novo — gostaria que me deixassem sossegado; mas persisto no meu posto.

Conheço bem, há já dezoito anos, o meu taboleiro eleitoral.

Portugal tem necessidade de sossego.

Trabalha e pede que a ordem e a paz sejam garantidas.

Disso me asseguro, e vejo que, por toda a parte, o meu povo é comigo e que, quando fizermos as eleições, teremos forte maioria.

Então será restabelecida a normalidade.

O remédio adoptado foi extraordinário, porque a situação era extraordinária também.

Quando, porém, já não tiver razão de ser a sua aplicação, nem por um instante esquecerei os meus deveres para com a minha coroa e para com o meu país».

A opinião pública viu na atitude de D. Carlos uma violação da Carta Constitucional que ele jurara e mantera cumprir. Entendia a opinião que se entrara em pleno absolutismo.

Tudo o que João Franco estava fazendo como ditador tinha a beneplácito do rei.

O Rei falou em **garantias de carácter**. Os outros partidos que lhe pediam a ditadura não lhe ofereciam assas garantias. Se assim era, o rei incompatibilizava-se com os partidos da rotação. Em campo ficava só João Franco. Esse e só esse, ao que parece, lhe oferecia as tais «garantias de carácter»...

A **Luta**, jornal republicano dava conta das despesas feitas nos palácios reais, desde 1903 a 1906, e, tudo especificado, e somadinho, atirava para a cifra dos 2:329:677\$603 réis.

Vá de comentar: com essa soma (então astronómica) quantas escolas em boas condições se não fariam? Pelo menos 500.

A entrevista dada ao «Temps» pelo rei provocou que monárquicos de alta categoria — Augusto José da Cunha, Braamcamp Freire, Luís Ferreira dos Santos — se alistassem no partido republicano. Absolutismo não o queriam, nem pintado!

A lei da imprensa em vigor era lei de funil — larga para o franquismo, estreita para os da opposição. O **Diário Ilustrado** (franquista) podia dizer o que lhe aprouvesse. A imprensa da opposição nem sequer podia discutir a entrevista concedida a Galtier.

Vinha ao de cima a questão operária. Proclamava-se que os operários tinham a sua palavra política a dizer. Conspirava-se contra o excesso de funcionários públicos, que absorvia a maior parte das receitas orçamentais. Esterilizavam-se as melhores aptidões. Dizia-se:

«Não basta só que na escola primária se ensine a ler: é preciso também que às novas gerações se ensine a religião do trabalho, cujo culto, na Suíça, é tão venerado e respeitado, que, de 2 842 102 habitantes da população, apenas 110 841, ou seja 3,9 % não tem ocupação, isto é, apenas não trabalham, naquele país, as crianças, os velhos e os inválidos.

É por isso que essa República tem uma educação pública completa, uma indústria muito florescente, uma rede ferroviária como a das grandes nações».

Confiava-se em que a salvação de Portugal estaria na República. Era preciso dar o «bota-fora!» à Monarquia.

Do Brasil, os jornais pertencentes à colónia portuguesa aí residente faziam as piores referências à ditadura. É ouvir:

«Pode a ditadura fazer quanto quiser e lhe aprovar, mas o que nunca poderá é conseguir a confiança do povo, que a há-de esmagar e esfacelar, como esmagar e esfacelar há-de quem a deixa cometer tantos atropelos à Constituição.

Continuam a bulir no rasilho, e vê-lo-ão explodir, quando menos o contarem, não lhes bastando depois as mensagens congratulatórias de meia dúzia de estouvados e ignorantes (os talassas), que aqui se querem impor com chefes da colónia, que tem, toda ela, mais brio e dignidade nas plantas dos pés, que esses chefes na cara».

## EGAS MONIZ

### CONTRA A DITADURA DE JOÃO FRANCO

No tempo de D. Carlos, os políticos que governassem, em vez de se governarem, que servissem, em vez de se servirem, eram mais raros que as esmeraldas azuis, e daí o monarca dizer:

«Ah! se me fosse possível encontrar o homem íntegro, o patriota capaz de preferir o interesse e a glória de Portugal à sua própria fortuna e sobretudo à fortuna dos seus corregedores políticos, com que reconhecimento, com que alegria eu o apoiaria com todas as minhas forças e lhe daria todos os poderes que me é lícito delegar-lhe para empreender as reformas que ambiciono, que desejo tanto como o povo português! Mas ainda não encontrei esse homem!...»

Delegou em João Franco que abusou do poder, aliás com a cumplicidade do rei. Resultado: foi este a vítima.

Em 15 de Junho de 1908, discursara Egas Moniz na Câmara dos Deputados.<sup>(4)</sup> Esse discurso era bem o de um homem liberal. Nele atacava a ditadura de João Franco que primou por actos de uma revolução contra a ditadura, mas que poderia atingir o regime.

«Eu por mim (dizia Egas Moniz) entendia que, nesse momento, a sua queda era a única solução. E desejei-a».

E acrescenta:

«Esgotados todos os meios legais, só restava a revolução. Era um dever cívico a cumprir. Para que se realizasse, empreguei, por minha parte, os meus melhores, embora fracos, esforços, nessa causa legítima de defesa contra a violência e contra a corrupção, resolvendo sacrificar de bom grado o meu bem estar, a minha situação social, que só ao trabalho devo, e até a própria vida.

E nunca pratiquei acto algum que mais satisfizesse e mais me levantasse no Tribunal íntimo da minha consciência do que essa atitude revolucionária, que, como liberal e como português, entendi dever tomar!».

Tudo Egas Moniz fez para que a ditadura de João Franco (e, afinal, do próprio Rei D. Carlos, que lhe deu o seu apoio) pusesse termo às suas ilegalidades. Não o conseguiu. E foi isso que o levou a bandear-se para a causa da revolução.

Os monárquicos entendiam que D. Carlos devia abdicar.

«Mas essa abdicção, como resultado de uma revolução, única maneira de a conseguir, era inexecutável. Pelo menos — diz Egas Moniz — eu assim o julgava. É que, para mim, os filhos dos Reis são tão honestos como os filhos do povo, e nunca pude admitir que o Príncipe D. Luís Filipe, ou o actual Rei D. Manuel (palavras de 15 de Junho de 1908), se conformassem em deixar adaptar às suas fronteiras juvenis a Coroa violentamente arrebatada à cabeça de seu pai, quando ele seguisse, às ordens dos revolucionários, o caminho do exílio.

Não. Essa hipótese nunca a aceitei, porque repugnava aos meus sentimentos e ia de encontro à opinião que formava desses rapazes: um que a morte violentamente roubou às esperanças de muitos, e outro que a desgraça dos seus fez Rei de Portugal.»<sup>(5)</sup>

São ainda do discurso de Egas Moniz no Parlamento, na sessão de 15 de Junho de 1908, as considerações seguintes:

«A noite de 28 de Janeiro de (1908) fez abortar o movimento, que havia fatalmente de produzir-se, apesar das prisões feitas, se um acontecimento inteiramente imprevisto não viesse transformar, por completo, a vida política portuguesa.

Refiro-me ao atentado de 1 de Fevereiro (de 1908).

Com ele nada tem, nem poderia ter, o movimento revolucionário.

Foi um fenómeno esporádico e imprevisto que, mesmo no ardor da luta revolucionária, seria condenável.

Basta recordar que o movimento revolucionário se produziu na noite de 28 de Janeiro, em que dei entrada no cárcere dos Loios, quando a Família Real estava longe de Lisboa, e se dizia que só tarde regressaria a Portugal.

Como se produziu o atentado? Todos sabem. Na noite de 31 de Janeiro, um ministro, escoltado pela força armada, trazia para Lisboa a condenação à morte lenta dos presos políticos, e no dia imediato o Presidente do Conselho atirava com a Família Real para a rua, em carro descoberto, provocadoramente, com o fim único de obter um novo argumento para poder demonstrar que a opinião pública estava do seu lado e talvez pedir à sua sombra a violência dos fuzilamentos, que, segundo se disse, chegaram a ser discutidos em Conselho de Ministros.

A carruagem real apareceu assim desprotegida e abandonada, ao contrário do trem do ditador, que mereceu uma luzida escolta municipal. É que naquela iam vidas que podiam jogar-se, e neste vinha o celebrado decreto de 31, que era necessário salvar!

Foi assim que no Terreiro do Paço dois populares praticaram, a tiros de carabina e de revólver, o atentado de que resultou a morte do Rei e do Príncipe Real.

E pode então apreciar-se o que valem as dedicações dos validos dos Reis, que se servem da Coroa como instrumento das suas ambições.»

Nessa altura do seu discurso, perguntava Egas Moniz:

«Julgam que ali acorreram a mitigar a dor e a auxiliar a Rainha D. Amélia, naquele dolorosíssimo transe, os ministros que fizeram a política funesta da sua imensa desgraça?

Não. O chefe da ditadura ainda surgiu, a medo, das bandas do Arsenal; os outros quedaram-se a dois passos, resguardando-se nos seus ministérios. Sua Magestade a Rainha deve ter aprendido muito nos longos e dolorosos minutos que ficou a sós, ou quase a sós, no mais terrível lance da sua vida! Deve ter feito justiça a esses que pareciam estar sempre prontos a morrer pela causa monárquica e que, apesar de todos os seus protestos, não se arriscaram sequer a cumprir um dever de humanidade, sem perigo e sem sacrifício». (6)

Custa a acreditar, mas um jornal espanhol disse que João Franco, antes da tragédia do Terreiro do Paço, teria telegrafado ao Governo espanhol, a pedir-lhe que mandasse tropas para a fronteira, de maneira a que o Governo português pudesse tirar partido de

atemorizar o povo com o fantasma de uma intervenção estrangeira, no caso de haver alguma revolta em Portugal.

Isto o disseram os jornais da época, e deles é também a informação seguinte:

Depois da tragédia do Terreiro do Paço, João Franco ainda pensou em continuar à frente do Governo.

Mesmo depois de demitido, por D. Manuel, o ministério ditatorial, João Franco (tal o amor do poder!) ainda persistia em fazer parte do novo gabinete. Foi repellido. Mas, após isto, ainda ofereceu um correligionário, que foi igualmente rejeitado.

\*  
\* \* \*

Proclamava-se entretanto, a República, e logo no seguimento do 5 de Outubro, publicado pelo Governo Provisório o direito à greve, se cria um clima de reivindicações em tudo semelhante ao que se tem vivido na sequência imediata do 25 de Abril de 74.

Os jornais republicanos escrevem então:

«As greves das diferentes classes operárias têm surgido por toda a parte como uma epidemia, embaraçando a acção do Governo Provisório da República, assoberbado com trabalhos importantes, como sucede sempre depois de uma revolução.»

E os mesmos jornais, deitando água fria no clima emocional criado pelas greves, escrevem:

«Todos devemos contribuir para a realização das justas aspirações do operariado.

Para a conquista dos seus direitos, para melhorar a sua situação, mas sem precipitações que, a maior parte das vezes, prejudicam as causas mais justas.»

A história repete-se.

Volvem os anos da primeira República — uma República tumultuosa.

Demos um salto ao ano de 1918, ano do armistício da Primeira Guerra Mundial.

## EGAS MONIZ DÁ O RETRATO DE SIDÓNIO PAIS

Textualmente, disse Egas Moniz, no Preâmbulo do seu livro **Um Ano de Política**: «Transitei durante um ano exacto pela diplomacia portuguesa. Em 16 de Março de 1918 entreguei em Madrid, como Ministro Plenipotenciário, as minhas credenciais a S. M. o Rei Alfonso XIII. Em 16 de Março de 1919 abandonei a Presidência da Delegação portuguesa à Conferência da Paz».

No referido Preâmbulo diz impender sobre ele o dever de dizer aos seus conterrâneos a forma como usou das demonstrações de confiança que lhe deram os governos do seu País no desempenho de tão altos cargos. Assevera não o fazer por exibicionismo, por não lhe pesar o defeito das exteriorizações excessivas, «quase sempre ridículas, quando não são prejudiciais».

E acrescenta: «A política portuguesa marcou uma **étape** bem diferenciada com a revolução de 5 de Dezembro de 1918 e com a acção política do Dr. Sidónio Pais. Nela influí, nela tive intervenção. Quero as responsabilidades que me cabem, mas não desejo que me atribuam propósitos que não tive».

Egas Moniz serviu, politicamente, com Sidónio Pais, mas nunca (por nunca!) perante este tomou atitudes de acatamento incondicional.<sup>(7)</sup> Reconheceu, em Sidónio Pais, qualidades, mas dele discordou, muitas vezes, o que motivou algumas discussões, nas quais essas discordâncias foram bem marcadas—designadamente as relativas ao sistema presidencialista, que Sidónio Pais quis concretizar na sua pessoa, enquanto esteve à frente do Governo do País.

Seja Egas Moniz a depor sobre as divergências que teve com Sidónio Pais e a acentuar, a par disso, as qualidades que nele julgava descobrir:

«O Dr. Sidónio Pais era uma alta individualidade. Digo-o com o maior desassombro.

Nem sempre estive de acordo com o Chefe da revolução de Dezembro (1918). Em breve se verá em que assentavam a nossa divergência e as discussões, por vezes quase violentas, que com ele tive. Fui, entre aqueles que o seguiram, um dos raros que ousavam discordar da sua orientação e fui, com certeza, aquele que mais decididamente se manteve no seu posto, não transigindo.

Mas, por isso mesmo, sobra-me autoridade para dizer que o Sr. Dr. Sidónio Pais era um estadista no verdadeiro sentido da palavra.

Até a sua figura o favorecia.

Tinha linha, como se dizia por toda a parte. Sabia atrair com sobriedade de maneiras. E ao mesmo tempo cultivava a **mise-en-scène** da sua situação. Até talvez a exagerasse! Pelo menos assim o penso. Mas tinha nobreza de sentimentos, tinha carácter, tinha decisão, tinha bondade!

Todas estas qualidades lhe têm sido injustamente negadas; mas há uma que nunca lhe puseram em dúvida: a sua valentia.

Nem os seus piores adversários lha contestaram.

Dentro do seu cérebro havia estigmas da Idade Média. Tinha a ousadia cavalheiresca doutros tempos. Onde via o risco é que se sentia bem.

Nunca recuou perante a ameaça.

Por isso o assassinaram, sem que ele se desviasse do caminho onde lhe anunciavam o perigo.

Era alguém. Talvez em excesso afectado; mas sempre correcto e delicado, atencioso. Porventura muito protocolar; mas não esquecendo nenhum detalhe, prevendo as coisas mais insignificantes, ligando o maior cuidado aos pequenos nadas sociais com que, por vezes, se conquistam os homens difíceis.

(...) No fundo, embora o não dissesse, julgava-se imprescindível, eivou-se mesmo daquele messianismo de que têm enfermado muitos homens públicos portugueses.

(...) A sua obra não é grande no campo da administração pública. Pecou, como pecam todos os nossos estadistas, em abusar da ditadura e encher as colunas do **Diário do Governo** de leis que, em geral, não eram boas, porque sobre elas não recaía a crítica que é indispensável à melhoria da obra de um homem.

Mas a sua acção foi notável no campo da ordem. À parte violências excessivas em prisões, por vezes não justificadas e, o que é pior, muito prolongadas, contra o que sempre protestei, e que não foram da sua responsabilidade directa, pois no Porto chegou a soltar presos que eram maltratados, a sua acção em defesa do princípio da autoridade foi verdadeiramente salutar. E sem a defesa desse princípio não há governo que mereça o nome.<sup>(8)</sup>

#### **CARTA DE EGAS MONIZ A SIDÓNIO PAIS, ADVERTINDO-O DOS PERIGOS DO PRESIDENCIALISMO**

Em carta de 9 de Agosto de 1918, Egas Moniz dizia a Sidónio Pais, aferrado ao seu presidencialismo de feição ditatorial:

«Tenho a impressão, Senhor Presidente, de que ou conseguimos uma vigorosa agremiação partidária que sirva de base ao actual sistema político, ou a situação baqueará a breve trecho. Não há prestígio que resista à desorganização das forças amigas e estas, sem a acção disciplinada dum partido, não passam do platonismo dos aplausos que mesmo assim irão pouco a pouco diminuindo.

(...) Soou a hora de procurar competências que auxiliem a obra tão brilhante iniciada em 5 de Dezembro.

O Senhor Presidente e o Parlamento têm, para obter esse fim, de caminhar de completo acordo. São dois poderes autónomos, mas que, sobretudo entre nós, carecem de seguir unidos e ligados nas mesmas intenções e propósitos.

Desculpe-me esta longa carta que, em muitos dos seus aspectos, tenho exposto verbalmente a V. Ex.<sup>a</sup>. Vivem muitas vezes os Chefes de Estado separados

da verdadeira opinião pública e a lisonja dos que os servem e um pouco a natural separação das multidões que só observam de grande altura não deixam ver claro. Não quero eu apresentar-me nem como impertinente, nem como querendo alcançar foros de mais amigo. Sou-o sinceramente e como não tenho ambições que vão além da minha cadeira de deputado, ousou vir fazer estas considerações, a que V. Ex.<sup>a</sup> dará o valor que entender». (9)

Sidónio Pais teimava no seu presidencialismo, que fazia equação com isolacionismo. Queria monólogo. Monólogo e não diálogo, quando, afinal, quem governa precisa de ser, essencialmente, um homem de diálogo. Há-de falar, e deve escutar. De contrário dará a impressão de ditador enamorado da sua pessoa, a coberto de todas as críticas, e supondo-se infalível — senhor de todas as soluções.

Sidónio Pais não respondeu à carta de Egas Moniz.

As férias de Egas Moniz, em Portugal, decorreram sem acidente de maior, a não ser o de que começava a ser atacado pelos jornais monárquicos, com o pretexto de que ele queria uma aproximação com as esquerdas, o que lhe merece o comentário seguinte:

«Afinal tudo se resumia em eu desejar colocar os partidos radicais em condições de poderem ascender ao poder, sem ser por meio de uma revolução.

Era o que eu preconizava então, e hoje, se me ouvissem, diria às esquerdas que colocassem as direitas em condições de poderem amanhã substituí-las na governação do País. E se assim penso é porque julgo que se torna indispensável acabar com o espírito de sectarismo que hoje (1919) continua a exhibir-se da mesma maneira.

Nunca tive o propósito de me unir aos partidos extremistas e radicais pela razão simples de que penso de maneira oposta. É que estou convencido de que em Portugal só uma política moderada pode criar raízes fundas.

Mas sem nada prejudicar o meu ponto de vista, eu queria que os partidos de oposição fossem considerados como força a atender e tratados como adversários com quem não se deseja mtransacções, mas a quem damos, no campo de actividade em que agimos, um lugar de combatentes, de sorte a poderem, por processos regulares, ascender ao poder. Foi esta a política que então defendi com desassombro e de que não tenho que arrepende-me.

(...) Mal irá o País, se as crises ministeriais hão-de ser sempre resolvidas a tiro». (10)

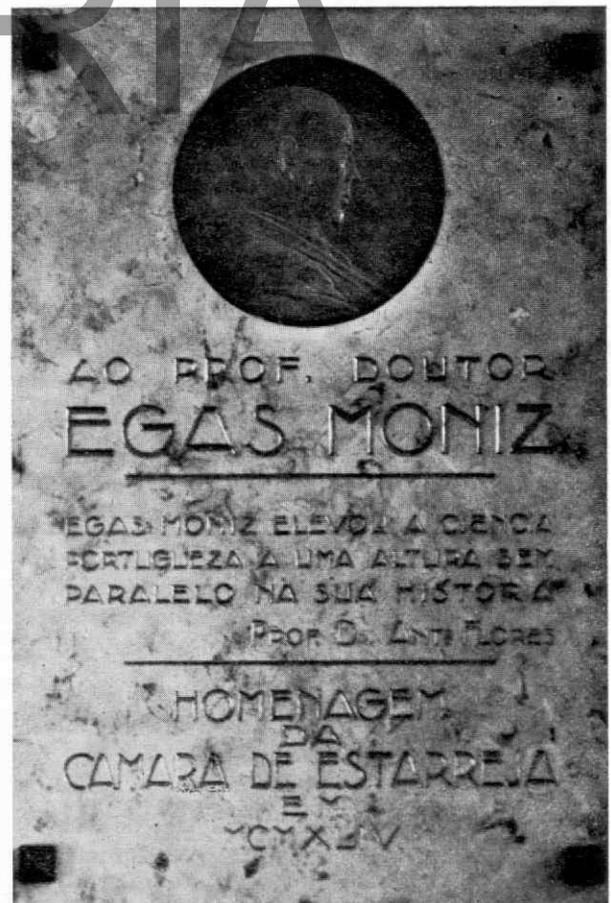
Egas Moniz — atrás o dissemos — discordava do presidencialismo de Sidónio Pais, e repetidas vezes lho disse:

«O seu mau sestro fez dele um fanático do sistema presidencialista. Fazia voltejar toda a política interna portuguesa me torno da votação desse sistema. Desvanecia-o o mando que previa mais forte a dentro dessa fórmula governativa. Agradava-lhe a chefia efectiva das forças de terra e mar, designação que deixou em muitos decretos. Por vaidade? Talvez um pouco; mas principalmente porque, ao tempo, só tinha confiança em si. As aclamações, as palavras dos que o cercavam e o meio amigo que encontrava por toda a parte, radicaram-lhe no espírito a convicção de um messianismo que os argumentos já não conseguiam dominar.

As manifestações tinham uma grande influência nas suas decisões.

— V. não as tem visto, não as tem sentido, dizia-me muitas vezes. Queria que as verificasse pelos seus olhos. É o apoio da minha obra, à minha orientação política.

— Desculpe-me, replicava-lhe, mas eu não ligo importância a essas palmas. Os anos começam a pesar sobre mim e com eles a experiência da vida política. Quando eu era rapaz, vivia com intimidade com o Dr. José Luciano de Castro, que foi um político de rara perspicácia e bom senso. Sorria-se sempre dos que se



apoiavam nas aclamações da rua. São os mesmos que hão-de insultá-lo, amanhã, comentava.

Através dos vinte anos que tenho andado na vida pública portuguesa, tenho verificado quanto era justa a apreciação do inteligente político dos reinados de D. Luís, D. Carlos e D. Manuel.

Mas não havia possibilidade de demovê-lo! Queria o presidencialismo. Só dele podia vir a felicidade para o País».

E Egas Moniz continua a sua crítica:

«As nossas conversas encaminhavam-se, finalmente para uma conciliação. Chegámos a cedências mútuas. Não havia inconveniente em atribuir ao Presidente da República a chefia das forças da terra e mar, desde que o sistema adoptado fosse o parlamentarista».<sup>(11)</sup>

Egas Moniz queria que «o Ministério derivasse do Parlamento, caindo, sempre que não tivesse a maioria». Mas era isso que «Sidónio Pais teimava em não querer».

E Egas Moniz acrescenta que no final das discussões com Sidónio Pais, «algumas das quais foram até às cinco horas da manhã», acabava cada um no seu posto: ele, Egas Moniz, parlamentarista, e Sidónio Pais presidencialista.

Egas Moniz queria que todo os republicanos colaborassem na República. Sidónio Pais teimava em ser ele e só ele a governar.

Trágicas consequências previa Egas Moniz para o governo presidencialista de Sidónio Pais. E discordando do presidencialismo, pediu a sua demissão de Ministro dos Negócios Estrangeiros, teimando em voltar ao Parlamento. Confessa que «nunca tivera desejo de sobraçar uma pasta ministerial e sempre tivera pelo Parlamento uma irresistível atracção. Se o abandonei uma vez — continua Egas Moniz —, foi porque se tornou intolerante e eu não podia colaborar com ele. Vindo o presidencialismo, nele ficaria como legislador, deixando a outros a missão de executar».<sup>(12)</sup>

Egas Moniz fora convidado — apesar de ter pedido a sua demissão de Ministro — a manter-se no Ministério e a chefiar a delegação portuguesa à Conferência da Paz, em Londres, para onde partiria a 5 de Dezembro de 1918.

O presidencialismo absorvente seria a perda de Sidónio.

Este, embora «avisado diariamente de que se meditava um crime contra a sua vida, descreia». E como Egas Moniz lhe pedisse prudência, ei-lo que respondia:

— «Nada receio. De cada dez atentados apenas um vinga. E há-de tremer a mão do que me queira matar!»<sup>(13)</sup>

Egas Moniz ia seguir para o estrangeiro, e consigo levava a preocupação de que o Presidente expondo-se como se expunha, poderia sofrer uma agressão mortal.

Egas Moniz chegava a Madrid em 6 de Dezembro. E aí, da parte do Secretário Particular de Afonso XIII, teve a notícia, dada por incumbência do Rei, de que Sidónio Pais fora alvo de um atentado que, por acaso, saíra frustrado.

A profecia de Egas Moniz batia certinha!

Sidónio Pais nunca quis ouvir as palavras de Egas Moniz. Resultado: se o primeiro atentado se frustrou, não se frustrou o da noite de 13 de Dezembro de 1918.<sup>(14)</sup> Uma bala lhe punha termo à vida.

Era vítima do seu sistema presidencialista, a puxar à ditadura.

O homem enamorado do poder goza, a fundo, com o barulho da multidão que o aplaude. Na tepidez desse banho, sente-se como que embriagado. Sente-se ao nível de um deus. Julga-se num altar. Carece de auto-crítica, porque, se a tivesse — e tomasse a lição da história ao pé da letra —, bem saberia que todos aqueles que, de momento, lhe gritam o **ave Caesar!**, serão os mesmos que, no dia seguinte, lhe darão o «morra!», o «morra!» sem apelo nem agravo. Se não estivesse sob a acção da droga do «poleiro», saberia que a adesão maciça dos «sim» na hora que passa, se transformaria, no dia seguinte, numa intransponível muralha de «nãos» sem direito nem avesso, amassados em ódio, em ameaçadores gestos de vingança.

Desconfiem os políticos, dos gritos de aplauso da multidão. Mil vezes provado que esta é a própria inconstância. Hoje passadeira de veludo aos pés do ídolo. Amanhã guilhotina afiada para lhe desaparafusar a cabeça do pescoço!

O nosso Infante D. Pedro quem dizia:

**No amo ni punto el amor popular, ny lo quien mucho en el se confia...**

O que, em português de agora, quer dizer:

Não amo nem apeteço o amor popular / nem louvo quem nele muito confia...

Ao povo amor devem os que governam. Com ele devem praticar — falando à grega e à fina — a demofilia. Não confiem, porém, na gritaria que o povo venha fazer para a rua, em seu louvor. Esse mesmo povo que, hoje, os coloca num altar, os apedrejará, amanhã. É da história.

Demofilia, sim. Mas desinteressada. Sem nada pedir ao povo, nem sequer o aplauso gritado nas ruas e nas praças.

Sidónio Pais foi vítima da ingenuidade com que tomou a sério os aplausos da multidão.

## EGAS MONIZ CONTRA O PARTIDO ÚNICO

Egas Moniz, a avaliar pela condenação que fez do sistema presidencialista de Sidónio Pais, repudiava

que, no País, houvesse apenas um partido político. No partido único via ele a imagem do governo totalitário e, portanto, da opinião única, o que é manifestamente contrário ao clima de liberdade em que se deve processar toda a vida nacional. Claro que, advogando o clima de liberdade, entendia que o uso da liberdade será sempre feito em favor da dignificação do homem.

Não chega a ser afirmativa paradoxal a de que o homem absolutamente livre é, afinal, **volens nolens**, um homem absolutamente dependente.

— Dependente de quê? Escravo de quê e de quem?

— Dependente e escravo das suas paixões, sobre as quais não possui domínio, indo para onde elas o empurram.

Toda a liberdade tem de ser necessariamente condicionada. É forçoso que o homem se norteie por um paradigma de integral perfeição, que faça rumo ao **homo humanior**. Se, a si próprio, der integral carta de alforria, sem autolimitações de qualquer espécie, sabidinho que é homem ao mar. Tão certo como estarmos a dizê-lo!

O Homem que, à sombra de que é inteiramente livre, se deixa levar sem auto-resistências, é candidato a troglodita: em vez de animado por um «excelsior!», deixa-se ir, arrastado pelo instinto da caverna. Fica abaixo da besta, porquanto esta, deixando-se levar pela natureza que lhe é própria, não exorbita da justa medida, aquela que aproveita à sua conservação, o que não acontece com o homem naturalmente inclinado a exorbitar do equilíbrio, tocando os extremos daquilo que lhe dá prazer — um prazer que, porém, acaba por transformá-lo em farrapo de si mesmo, esterqueira de levar a mão ao nariz.

## EGAS MONIZ

### NOSSO MINISTRO EM MADRID

Egas Moniz foi nosso ministro em Madrid, durante um ano. Ele o diz no Preâmbulo de **Um ano de Política**: «Em 15 de Março de 1918 entreguei em Madrid, como Ministro Plenipotenciário, as minhas cartas credenciais a S. M. o Rei Afonso XIII. Em 16 de Março de 1919 abandonei a Presidência da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz».

No ano de 1918 — período morto para a actividade diplomática — Egas Moniz resolveu vir passar as férias a Portugal.

Estava nostálgico da sua terra, e ele o diz com muita beleza literária, nas palavras seguintes:

«Eu carecia de ares pátrios. Depois do meu País é a Espanha, de todos os que tenho visitado, aquele em que melhor me sinto.

Tem sol, tem céu vasto e azul e tem arte em cada recanto de ermida e em cada pedra cabocada que serve de asilo a uma fonte ou de abrigo a um santo. Nos seus museus e nas suas igrejas falam as telas dos Mestres com quem sabe conversar com elas!

Num recanto de Toledo, na sacristia do Escorial, ou no templo sagrado que, adentro do museu do Prado, alberga a alma do maior pintor de todos os tempos, Velazquez, há a vida dum passado histórico de requintada sensibilidade.

Pois mesmo a Espanha que tem para mim tantos encantos e atractivos, passa a ser intolerável ao fim de três meses.

Carecia de vir sorver o ar português, deleitar a vista na paisagem modesta dos nossos campos, ouvir por toda a parte a língua com que me criei e até experimentar a doce tristeza da nossa raça na contemplação dos melancólicos crepúsculos da nossa Beira-Mar.

E como não fazia diferença ao serviço abandonar Madrid, preferi a minha aldeia às delícias das praias dos Pirinéus». (15)

\*  
\* \*

Quando Egas Moniz chegou a Lisboa, a política emaranhava-se. A maioria parlamentar elegera Egas Moniz seu **leader**, mas logo no Parlamento começaram a patentear-se os primeiros sinais de uma desagregação — que muito havia de concorrer (diz Egas Moniz) para o desnorteamento que se seguiu ao assassinio do Dr. Sidónio Pais.

Vieram entretanto as férias parlamentares, e «a política tomava o aspecto de uma preparação para o combate que havia de vir a produzir-se entre presidencialistas e parlamentaristas». (16)

E Egas Moniz informa-nos de que o Presidente Sidónio Pais se mantinha irredutível. Chamou-o a Belém e apresentou-lhe um projecto que desejava ver aprovado — o de um «sistema presidencialista com dissolução».

Em presença disto, Egas Moniz fez declarações peremptórias, dizendo que tão inadmissível era o parlamentarismo sem dissolução, porque passa a ser a ditadura de muitos, como incompreensível era o sistema presidencialista com dissolução, pois passava a ser o poder pessoal. E quem como eu contra ele arriscara a vida na ditadura franquista, não comete a defecção de o votar hoje sob uma forma ainda mais odiosa». (17)

Assim falava Egas Moniz a Sidónio Pais. Continuaram discutindo o caso, mas cada qual ficou na sua posição. Egas Moniz confessa: «Mas eu não podia aceitar o princípio (do sistema presidencialista com disso-

lução). Acrescentei mesmo que só o parlamentarismo poderia fazer a harmonia da família portuguesa»<sup>(18)</sup>

## EGAS MONIZ

### MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E NOSSO DELEGADO À CONFERÊNCIA DA PAZ, EM PARIS

Depois das suas funções diplomáticas em Madrid, durante um ano, Egas Moniz foi convidado, por Sidónio Pais, para sobraçar a pasta dos Estrangeiros. Como reagiu o convidado? Ele o diz:

«Esquivei-me. Em primeiro lugar, porque no número das minhas ambições nunca me lisonjeou o ser ministro e tanto que, convidado repetidas vezes, nunca aceitei o encargo. Além disso eu sentia que fazia falta no Parlamento, onde não havia, fora do Governo, pessoa que pudesse dirigir uma maioria tão heterogénea e insubmissa como a que tínhamos.

Acrescia ainda que, até essa época, eu estivera tão pouco tempo em Madrid que a minha saída poderia parecer quase um acto de descortesia.

Com estes e outros argumentos consegui a desistência do pedido que me foi feito.»<sup>(19)</sup>

Todavia voltando Sidónio Pais a insistir, dizendo a Egas Moniz que este o abandonava numa hora de perigo, e dizendo-lhe ainda que, dentro de três dias, faria uma revolução democrática, o convidado rendeu-se. Era, pois, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Tomada a posse, Egas Moniz enviava telegramas de despedida para Madrid. Entre as respostas recebidas, uma delas, de Afonso XIII, era do teor seguinte:

«Egas Moniz, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lisboa. De San Sebastian.

Agradeço sinceramente o amável telegrama que me enviou ao ser nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e de todo o coração o felicito pelo novo cargo, ainda que lamente a sua ausência em Madrid, onde deixou tão gratas recordações, ficando-lhe eu particularmente reconhecido pelo seu eficaz trabalho para estreitar os vínculos de amizade sincera entre Portugal e Espanha. A Rainha agradece vivamente a sua saudação, que comigo devolve, extensiva a sua Senhora, desejando-lhe, no seu novo e importante posto, as maiores felicidades».

O Ministério de que Egas Moniz fazia parte estava organizado a 9 de Outubro de 1918.

De 13 para 14, explodia um movimento revolucionário que não vingou.

O armistício da Grande Guerra era assinado a 11 de Novembro. «Desde esse momento — diz Egas Moniz — a gerência da pasta dos Estrangeiros tornou-se pesada e cheia de preocupações. Havia que pensar nos trabalhos para a Conferência da Paz,

escolher os delegados, reunir elementos, e como tudo tinha de ser feito com o Presidente da República, passei a ir a Belém diariamente.»<sup>(21)</sup>

Em 20 de Novembro era nomeada uma Delegação que acompanharia Egas Moniz à Conferência da Paz.

A posse foi-lhe conferida em Belém pelo Presidente da República.

No dia 5 de Dezembro a Delegação seguia para Londres.

Entretanto, é assassinado Sidónio Pais (14 de Dezembro), como, já atrás, dissemos.

Agora novo Presidente da República — o Almirante Canto e Castro. Egas Moniz pede a sua demissão de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em resposta ao seu pedido de demissão, Egas Moniz recebe, em 16 de Dezembro, telegrama comunicando-lhe que os delegados à Conferência da Paz deviam manter-se no seu lugar. Ficou, pois, no seu posto. Sentia que «não tinha o direito de abandonar a missão diplomática de que fora incumbido num momento decisivo para o País» — diz Egas Moniz<sup>(22)</sup>

A 20, partia com a Delegação para a capital francesa.

Assassinado Sidónio Pais, começa uma terrível campanha contra o que fora o seu governo. Bernardino Machado dizia o pior do pior, no **Temps** (20 de Dezembro). Afonso Costa, por sua vez, no **Matin** (a 19) dava uma entrevista no mesmo estilo.

«Tudo isto — refere Egas Moniz — se dizia e publica nas vésperas da Conferência da Paz, onde iam jogar-se os destinos do País. E estavam em França os delegados à Conferência da Paz que, embora não fossem amigos dos signatários desses artigos, iam defender os interesses de todos os Portugueses, com o desassombro e tenacidade de que deram provas sobejas.

Era nesse momento que surgia essa campanha violenta contra a situação política portuguesa que nos mantinha nos elevados cargos de representantes de Portugal à Conferência da Paz! E ousavam assiná-la um antigo Presidente da República e um antigo Presidente de Ministério que, ao tempo, ainda era Chefe de um antigo partido político português!»<sup>(23)</sup>

Insistiram com Egas Moniz para que se mantivesse no seu posto. E por amor aos interesses do País aí se manteve, apesar de, em Portugal, tudo ir de mal a pior. A 16 de Janeiro de 1919 rebentava um movimento revolucionário, em Santarém, que não vingou. A 20 do mesmo mês era proclamada a Monarquia no Porto, Braga e Viana, num movimento dirigido por Paiva Couceiro.

Comenta Egas Moniz: «Não havia maneira de nos deixarem tratar, com tranquilidade, dos interesses do

País, numa Conferência que, já por si, se não mostrava muito favorável a Portugal!

Primeiro, o assassinato do Presidente Dr. Sidónio Pais, em seguida o movimento de Santarém, depois a revolução monárquica!»<sup>(24)</sup>

Teimavam, todavia, em manter Egas Moniz na pasta dos Estrangeiros.

Não daremos, aqui, conta do que foram os trabalhos da Delegação portuguesa à Conferência da Paz, no respeitante às nossas reclamações financeiras, ao problema colonial, e à marinha mercante de guerra. Tudo isso consta largamente no livro de Egas Moniz — **Um ano de Política**. A Delegação não nos colocou mal. Muito pelo contrário.

Começava, entretanto, a rumorejar que a Delegação ia ser substituída. Os Delegados não queriam acreditar, tanto mais que nunca o Governo discordara da sua orientação na Conferência, e por mais de uma vez tinha instado para que Egas Moniz permanecesse no seu posto, apesar das repetidas crises ministeriais.

«Pessoalmente — dizia Egas Moniz — era-me agradável, embora estivesse pronto a sacrificar com satisfação, o meu bem estar, ao desejo de servir, até com sacrifício da saúde, o meu País».<sup>(25)</sup>

O Governo, porém, decidiu que fosse Afonso Costa com outros Delegados a assumir o lugar de Egas Moniz e dos Delegados que o acompanhavam.

E quem dava a demissão a Egas Moniz era o Ministro Interino dos Estrangeiros!

Comentário de Egas Moniz:

«Era o meu substituto no Ministério dos Estrangeiros que me dava a demissão em nome do Governo, apesar de ser eu o Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz na qualidade de Ministro dos Estrangeiros!

Um Ministro efectivo ser demitido pelo seu substituto é acontecimento que, até hoje, se não deu, nem sei se voltará a dar-se na história política da nossa terra!».<sup>(26)</sup>

Egas Moniz considerou-se demitido, apesar de terem insistido para que ficasse, na pasta dos Estrangeiros.

Honra lhe seja que, por nada deste mundo, quis ficar.

Ainda manteve 10 dias em Paris — de 16 a 26 — para qualquer esclarecimento que houvessem de pedir-lhe.

Em princípios de Abril estava de regresso a Lisboa. Dele as palavras seguintes: «Assim terminou a minha missão diplomática junto da Conferência da Paz, onde trabalhei com a máxima boa vontade. Foi uma tortura que passou e cuja importância moral só pude devidamente apreciar quando me libertaram do encargo que, durante meses, pesou sobre meus ombros».<sup>(27)</sup>

Era Talleyrand quem assim estabelecia o paralelo entre o diplomata e a mulher: «Se o diplomata diz **sim**, quer com isso dizer **talvez**, e o **talvez**, na sua boca, significa **não**; e se disser **não**, logo deixa de ser diplomata. Se a mulher diz **não**, este **não** deve entender-se por **talvez**; se responde **talvez**, deve entender-se como **sim**; e se disser **sim**, logo deixa de ser senhora.»

Supomos que Egas Moniz, como diplomata, seria o que foi como investigador científico — o natural amigo da verdade: disse **não**, onde a observação e a experiência lhe mandavam negar; disse **sim**, onde essa mesma observação e experiência lhe mandavam afirmar; e sempre **talvez**, onde motivos não tinha para ser categórico.

Mirandamente, foi homem de um só rosto e de uma só fé. Não podia ser diplomata no sentido cheio de reservas de um Talleyrand, o tal que disse que a palavra foi concedida ao homem para ocultar o seu pensamento.

## EGAS MONIZ POLÍTICO LIBERAL

Egas Moniz foi político liberal, adepto e servidor da **democracia liberal**. **Democracia liberal**, dizemos, e não (credo!) **democracia de massas**. A diferença que vai da primeira à segunda é abissal. A primeira é uma forma de convivência inteligente, não dispensa o diálogo, promove-o, considera-o essencial, para esclarecimento das ideias. Não presume ter feito monopólio da verdade. Não dá o seu ideário como **nec plus ultra**. Admite a oposição inteligente. Requer essa oposição, como obra de contrastaria, como cadinho onde possa depurar as suas ideias. Julgar-se-ia diminuída, na sua probidade, se não tivesse de colar, em atitude crítica, com quem dela divergisse. Quer ter razão, não à força, mas com base em razões que lhe oponham lealmente. Para ter razão quer apresentar razões que possam ser cotejadas com outras razões. Tudo vai de que a discussão ocorra a nível de **fair play**, como quem diz jogo limpo de alçapões sofisticados.

A democracia liberal sentir-se-ia minimizada, se não tivesse, a passá-la pelo crivo da serena controvérsia, uma oposição bem organizada. A democracia de massas pelo contrário, não admite oposição. E tanto basta para que não mereça a nossa simpatia. O homem-massa julga ter sempre razão. A quem se lhe opõe, com argumentos lógicos, responde com sete pedras na mão. O homem multitudinário não quer convivência — mas apenas total anuência aos seus pontos de vista, impregnados das mais odiosas paixões contra aqueles que se permitam contraditá-lo.

Na democracia liberal, as minorias têm lugar. São ouvidas e protegidas. Delas se espera um ponto de vista que merece ponderação.

Na democracia de massas, as minorias são sumariamente abafadas. Representam um desmancha-prazeres para quem se julga, a fundo e infalivelmente, na posse de uma verdade política sem direito nem avesso, verdade monolítica, a coberto de qualquer crítica.

A democracia liberal coteja argumentos seus com argumentos alheios. É aristodemocrática. Discute com cortesia. É civilizada. Convivente. Abomina a barbárie.

A democracia de massas, ao contrário da democracia liberal, é contundente, dogmática e dogmatizante. É hermética ao confronto das ideias alheias. É incapaz de idear. Toma partido por certas ideias, não porque as tenha pensado em profundidade, mas apenas porque as tenha comunicaram em clima emocional. Na carência de capacidade polémica, a democracia de massas apela para a força, não como **ultima ratio**, mas como **primeira**, como **única** razão, porque de facto, quem argumentos racionais não tem, só sabe usar dos argumentos da violência, ou esta se traduza no insulto de fazer corar um macaco, ou se exprima no bacamarte prestes a disparar.

Os homens da democracia liberal não fizeram voto de perfeição integral. Aceitam a polémica da oposição, e a ela se dobram, se a verdade está da outra banda. Não sofrem de narcisite aguda.

Em compensação, ao homem da democracia da massa nem sequer lhe passa pela cabeça que possa errar. Não duvida da sua plenitude. Sentir-se-ia diminuído, se houvesse de comparar-se. Garante, **a priori**, as suas certezas graníticas. É impermeável a críticas. Sentou praça — e vitaliciamente o fez — numa ideologia à prova de fogo. É vulgar, e julga-se com o inapelável direito de impor a sua vulgaridade. Tapa os ouvidos a todas as demonstrações pelas quais se lhe prove que está em erro. Não procura ajustar-se à verdade, mas antes, arbitrariamente, tudo procura ajustar à **sua** verdade. Não se tem por perfectível. É, sem contradita possível, a própria perfeição.

Com efeito, o homem-massa não tem exigências de perfeição para si próprio. Tê-las, porquê, e para quê, se ele encarna a própria perfeição?

Só o homem de selecção é homem permanentemente insatisfeito consigo. Se Deus-lhe desse, com a sua mão direita a perfeição já acabada, e com a mão esquerda, a possibilidade de, com o seu próprio esforço, ser, hoje, mais perfeito, do que ontem, e, amanhã, mais perfeito, do que hoje, pela segunda dádiva ele optaria.

O homem-massa não visa transcender-se, ultrapassar-se. Julga ter atingido a meta definitiva. Nega a **nobreza**, no alto sentido desta palavra, como quem

diz o estado de alma que exige para si mais deveres do que direitos. Se o plebeu — e plebeu é o homem-massa — é todo pelas facilidades de mão-beijada, o autêntico nobre é pelas vitórias em que dele se exija disciplina, autodomínio, risco em vencer o perigo. Como a personagem de Corneille, dirá: **à vaincre sans péril, on triomphe sans gloire**. O homem de espírito nobre não quer favores inconfessáveis, dispensa-os. Só vão bem à sua verticalidade moral os privilégios que conquistou com indiscutível honradez.

Se, acaso, é herdeiro de um nome fidalgo, faz tudo por prestigiá-lo. Vê, nessa herança, não um privilégio que o dispense de obrigações, mas um vivo estímulo para o honrar com o seu esforço. Sente que **noblesse oblige**. A herança fidalga não é, para ele, o fofo colchão em que se deite a dormir, mas um incentivo para, com insofismáveis méritos, exceder os seus antepassados.

O perfeito nobre não o é porque os seus antepassados o foram. Antes, à maneira chinesa, os seus antepassados ganham nobreza com a nobreza dele próprio. Como diz José Ortega y Gasset: «Os antepassados [chineses] vivem do homem actual, cuja nobreza é efectiva, actuante; em suma: **é; não foi.**»

Não conhecemos a genealogia de Egas Moniz. O que podemos afirmar é que ele, com a sua vida e obra, distinguiu nobreza sobre os seus antepassados. Não foi homem-massa, mas homem de selecção. Não poderia nunca (por nunca!) votar por uma democracia de massas, mas por uma democracia liberal, por uma democracia aristocrática, se tomarmos esta palavra no sentido helénico, o sentido de fina flor, nata, elite, escol.

Egas Moniz foi um intelectual puro ao serviço da política, no sentido majorativo, desta palavra.

Queremos o intelectual atento à política, como homem que não deve abdicar da sua cidadania, no alto sentido desta palavra. Não o queremos, porém, (abrenúncio!), anciloso na mentalidade política, tomada esta no sentido pejorativo.

Com efeito, diferença existe, e profunda, entre a mentalidade do filósofo ou do sábio, e a habitual, ou tradicional, mentalidade política. Se aquela se norteia pelo dito comteano do saber para prever, e prever para prover: **science, d'ou prévoyance, prévoyance, d'ou action**, a outra se norteia pela ambição do poder, este transformado em tema e... teima, utilizando, por sistema, a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios.

O político, no sentido desacreditado desta palavra, é o grosseiro pragmatista. Em seu pensar, é verdade o que se traduz em utilidade para os seus sofisticados propósitos de se manter no poder, e é fal-

sidade tudo o que daí o afaste. A sua epistemologia assenta na fraude e num subjectivismo arbitrário.

Bom será, porém, que a mentalidade política se corrija desse vício—o da obsessão do poder pelo poder, do mando pelo mando, do penacho pelo penacho.

O programa do político deverá ser governar e servir. **Politica ancilla populi.** Fora deste perímetro constitui fraude. E dessa fraude foi incapaz Egas Moniz, homem de servir, jamais de servir-se, atreito a reivindicar deveres no exercício da função pública, jamais a reclamar, para si, à sombra da função governativa, qualquer direito inconfessável. Foi homem nobre, que media a sua nobreza moral na proporção das suas obrigações demófilas, repudiando o plebeísmo de aproveitar a função pública para se governar.

Egas Moniz—se formos ao fundo das suas atitudes políticas—foi o adepto flagrante de uma aristodemocracia, aquela que promove o aproveitamento sistemático de todos os valores prometedores.

A autêntica democracia não rasoira valores: procura-os, e faculta-lhes todos os meios para que possam concretizar-se no máximo das suas virtualidades. Não é inimiga das aristocracias naturais. Antes as promove. O que ela repele são as aristocracias alicerçadas em pergaminhos sem a cobertura de valores bem actuais, e inofismáveis. Não entra no seu programa eliminar escóis, antes lhes propicia o aparecimento. Segundo a **Declaração dos Direitos** de 89, «tous les citoyens sont également admissibles à toutes dignités, places et emplois publics, selon leur capacité, et sans autre distinction que celle de leurs vertus et de leurs talents.»

Não se concede, pois, de mão beijada, o acesso aos lugares responsáveis, mas em função de capacidades meridianamente provadas.

A democracia aristocrática (acasalemos afoitamente estes dois termos) não rasoira valores: dá a cada qual a oportunidade de se desenvolver ao máximo, para, depois, o situar onde mais útil possa vir a ser à colectividade.

A democracia aristocrática—precisamente porque se adjectiva de aristocrática—não abafa personalidades, antes tudo faz para que elas surjam em toda a sua plenitude.

A democracia liberal—para honrar este adjectivo—será tal que liberte o homem da miséria material, da miséria intelectual, da miséria moral. Será tal que dignifique cada vez mais o homem, libertando-o da abusiva opressão dos governantes, que nele crie o agudo sentido das responsabilidades pessoais e cívicas, que dele faça um homem que conheça e possua cada vez mais, para se qualificar integralmente a si próprio, e ajudar os outros a qualificar-se ao mesmo

nível. Democracia liberal ou é humanismo que conduza à promoção do **humanus** a **humanior**, ou não passa de simples «sopro de voz», expressão vazia de sentido, simples rótulo que muito promete e, afinal, nos traz uma das mãos cheia de nada, outra cheia de coisa nenhuma...

## EGAS MONIZ

### SIMPATIZANTE COM O SOCIALISMO

Egas Moniz advogou, como político, a melhoria da classe operária. Se hoje fosse vivo teriam nele os operários um dos seus defensores mais calorosos. Parecem de agora, e no entanto foram proferidas numa conferência de há 57 anos, as palavras seguintes:

«...Temos de atender, com cuidado, ao movimento operário e trabalhista, que carece de ser atendido nas suas reclamações. Um Governo, que se preza de bem servir o País, tem de olhar de frente esse grave problema. É indispensável que o operário tenha o bastante para si e para os seus. Por outro lado deve estar ao abrigo de leis protectoras que não só o amparem nos desastres, mas também, o socorram na doença, na invalidez, na falta de trabalho e na velhice.

É preciso que os seus filhos sejam protegidos pelas maternidades e lactários e pela difusão de creches, das cantinas e dos dispensários; é necessário que a sociedade auxilie a educação dessas crianças na escola primária e, particularmente, nas escolas profissionais e técnicas, cuja divulgação se deve introduzir e espalhar pelas nossas cidades e províncias. Urge fixar-lhes um salário mínimo e facilitar-lhes casas baratas, água abundante, banhos públicos gratuitos, transportes a preços mínimos e criar a instituição tão simpática como justa do **homestead**. Deve regularizar-se, com efectividade, o trabalho das mulheres e crianças a dentro das fábricas, atendendo à higiene das instalações fabris, do **atelier**, da habitação dos empregados comerciais e de todos os serviços em geral.

Ao terminar esta rápida enumeração do que julgo serem justas reivindicações do mundo operário, é possível que me tomem por socialista<sup>(28)</sup>.

Sob este aspecto, não repudio a tendência, que o político moderno deve possuir. No advento desta nova, era, todos temos de ceder no campo económico do mundo que mais trabalha, isto é, das classes operárias.

Na hora presente, temos de ir ao encontro das aspirações das forças produtoras. Seria estultícia propormo-nos dar-lhes inglório combate. Trabalho e capital poderão, assim, fazer uma aliança honrada e vantajosa ao progresso social. Na América do Norte, raríssimas vezes há uma greve e pela razão simples de que os patrões e operários se entendem por maneira

que estes não chegam a ter necessidade de formular reclamações». (29)

Egas Moniz, trabalhador intelectual, investigador que, depois das palavras transcritas, veio a ser galardoado com o Prémio Nobel foi — acabamos de o ver — ardoroso advogado da manifesta melhoria da dignidade humana do trabalhador manual, repugnando-lhe que fossem uns a viver na opulência afrontosa, e outros a viver — ou a vegetar — em aflitiva situação económica. (30) Egas Moniz não foi comunista, mas simpatizou com o socialismo.

Que pensava Egas Moniz, em matéria de educação e de instrução?

São de 1916, as palavras seguintes, com as quais responde à nossa pergunta:

A educação tende a cultivar os bons sentimentos, que devemos fazer prosperar e hipertrofiar, sublimando-os. Só assim se conseguirá obter caracteres, só assim se divulgará a honestidade de processos, só assim se transformará a sociedade intolerante, provocadora e petulante de hoje, na sociedade serena e reflectida de amanhã.» (32)

Se hoje vivesse, não teria Egas Moniz que alterar muito as palavras que aí ficam. Ainda não perderam a sua actualidade.

Acima de tudo, o que ele queria era a formação de homens de carácter, maneira de saberem usar com eficiência criadora os conhecimentos que adquirissem.

Referindo-se à mulher em geral, escreveu Egas Moniz: «A educação é talvez mais precisa à mulher



Casa do Marinheiro — Avanca

«Mais do que a instrução é preciso difundir as bases duma educação diversa daquela que tem feito a orientação do nosso povo. É indispensável educar e instruir, mas de maneira diferente da seguida até agora. Não é ensinando, e mal, a ler e escrever, que se podem valorizar homens para a luta da vida. (31) Mesmo nas classes que se não destinam a fazer grandes e profundos estudos, é necessário que alguns mais se façam sob uma orientação acentuadamente técnica, base do progresso dos grandes povos, do levantamento das grandes nacionalidades.

[...] A educação de todas as classes sociais deve ser realizada a dentro das escolas com cursos seguidos, divulgada em conferências às classes operárias, difundida pela imprensa e pelo livro.

[...] Até a correcção de maneiras não é indiferente na vida social.

do que ao homem. E muito particularmente à mulher do operário.

Se o capital se reproduz pelo juro, o operário amortiza-se pelo filho, e este será tanto mais garantido quanto a sua educação for mais cuidada. E esta depende mais da acção da mãe do que do pai. Ela deve ter não só uma certa educação que faça da sua individualidade um ser moral completo, mas carece, além disso, de saber educar, de saber dirigir os seus filhos nos primeiros anos da vida, quase sempre os mais importantes para a sua existência». (33)

Egas Moniz refere-se à mulher do operário, na assistência aos filhos nos primeiros anos. Mas a presença da mãe é indispensável junto dos filhos pequenos, em todos os níveis sociais da mulher.

Já alguém chamou à ternura «vitamina psicológica». Metáfora? O que quiserem. O certo é que a ternura

ajuda a criança a crescer, não apenas fisicamente, mas, sobretudo, no respeitante à sensibilidade.

A criança que não recebe essa vitamina fica minimizada, para todo o sempre.

Não basta que os pais dêem filhos ao mundo. É preciso que, para além de os alimentarem de corpo, os alimentem, também, com a sua afectividade. E se há ternura que pese no crescimento e aperfeiçoamento psíquico duma criança, essa ternura é a do amor materno. A criança precisa de ouvir a voz carinhosa da mãe, precisa de receber as carícias do seu olhar, o afago das suas mãos. As crianças privadas da vitamina psicológica, que é a ternura da mãe, ficam roubadas numa riqueza inefável que nenhuma outra riqueza deste mundo poderá compensar.

A presença da mãe junto dos filhos, nas primeiras idades, (presença traduzida na palavra doce, no olhar de suaves ressonâncias, na mão que ampara, no gesto que tranquiliza, na companhia que vacina contra o medo, na discreta ajuda em dificuldades, no diálogo silencioso dos olhares que se trocam) constitui um tónico moral insubstituível. A mãe não pode passar procuração, seja a quem for, para que a substituam junto dos seus filhos pequeninos. A mãe é mais mulher, se tiver a companhia dos seus filhos pequeninos. A mãe é mais mulher, se tiver a companhia dos seus meninos. E estes, por sua vez, virão a ser mais homens, se tiverem recebido as calorias que só a ternura materna pode comunicar.<sup>(32)</sup>

A ausência da mãe, relativamente ao seu filho pequenino, gera neste um estado de profunda angústia — a angústia do abandono que o poderá acompanhar por toda a vida. E aqui nos lembra a poetisa galega Rosalía de Castro que, durante toda a sua existência, sentiu, agudamente, o espinho da ausência da mãe, na sua meninice. Filha de amores irregulares, Rosalía foi confiada a uma ama.

A mãe afastou-se, para, aparentemente, tapar as bocas do mundo.

Em boa verdade, com essa ausência sofreu a mãe e sofreu a filha. Bem exacto o que diz o Dr. Bowlby: «A criança tem necessidade de sentir que é alvo de prazer e orgulho para a mãe, e esta precisa de sentir um enriquecimento da sua personalidade através da do filho; ambos carecem de se considerar intimamente identificados. A função de mãe não pode de modo algum ser exercida por procuração. Existem relações humanas e vivas que modificam o carácter da mãe como o do filho. Um regime apropriado exige algo mais que calorias — a alimentação, para se tornar plenamente aproveitável, deve ser ingerida com prazer. Analogamente, a função da mãe não se deve calcular em horas de presença — a única medida válida con-

sisie na alegria que a mãe e o filho experimentam em estar juntos». <sup>(35)</sup>

A carência afectiva precoce, a carência de cuidados maternos, traumatizou, para sempre, a formação da personalidade da criança.

Mas, claro, ao falarmos da influência benéfica da mãe sobre o filho na primeira e segunda infâncias, importa salientar que de mães normais estamos falando.

Se as mães fugirem ao paradigma da normalidade — se forem mães hostis, ansiosas, instáveis, captativas ou superprotectoras — logo a criança se ressentirá, ficando aquém do que seria lícito esperar dela. Com mães ou pais insuficientes, não haverá ambiente afectivo propiciador à personalização construtiva da criança. <sup>(36)</sup>

## EGAS MONIZ POLITICO INDEPENDENTE

No mundo da politica, Egas Moniz primou sempre pelo espirito de independência, isenção e objectividade, tal como o fez no respeitante à investigação científica, onde mostrou soberana indiferença por todos aqueles que, através de criticas, mais ou menos discretas, pretendiam fazer acreditar que, das suas pesquisas — aquelas que, afinal, lhe deram o Prémio Nobel —, nada proviria de original, nem de útil.

Os mediocres latiram, mas ele fez seguir a sua caravana.

Egas Moniz conhecia muito bem a psicologia dos mediocres de carreira, uns sujeitos que, não lhes sendo possível elevar-se por méritos próprios, procuram subir (e muitas vezes o conseguem!) pelos processos da subserviência e da humilhação rastejante, perante aqueles que, estando em lugares altos da politica, gostam de ser lisonjeados.

Alguns na Câmara dos Deputados, em 1909, evocando a memória de José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, dizia Egas Moniz:

«O homem mediocre fala sempre de méritos que não tem, lança em face serviços que não presta, apregoa sacrificios que não sofreu e tem sempre a mão espalmada para receber a paga da sua obra em honorarias ou benesses. E porque é mole como a cera, agrada aos que, mercê do nosso modo de ser politico, são os árbitros do poder, acomodando-se a todas as situações, sem uma reclamação que possa ser ouvida, sem um ronronar que possa pressentir-se, sem um atrito que possa exteriorizar-se!

Não tem ideias nem precisa tê-las. Pensa pela cabeça do seu dono. Defende por sistema. Ataca por obrigação. Satisfaz vaidades e avigora ódios. É ser-

viçal. É submisso. Mas a paga também é certa, segura e remuneradora». (37)

Barbosa de Magalhães, homem que primou pela verticalidade, homem a quem sobrou personalidade de antes quebrar que torcer, nunca abdicou da sua independência. Disse sempre o que tinha a dizer, fosse a quem fosse. E por isso mesmo foi posto de lado. Nunca se curvou perante imposições dogmáticas de chefes onnipotentes.

Também Egas Moniz, no respeitante à política, como, aliás, em todos os sectores da sua actividade, timbrou, invariavelmente, por ser ele próprio, não se dobrando diante do mais pintado.

Egas Moniz foi homem *sui generis* e *sui juris*. Personalidade bem marcada. Sigla inconfundível. Orientado pela divisa do *il faut être soi*. Homem inarrebantável. Foi-se atrás dos seus imperativos de consciência. Não macaqueou o mais pintado.

Como o poeta, pederia ele dizer:

Inútil seguir vizinhos.  
Querer ser depois ou ser antes.  
Cada um é seus caminhos.

#### CULTURA HUMANÍSTICA DE EGAS MONIZ

Egas Moniz quem disse: «Ramón y Cajal, o grande sábio espanhol, Prémio Nobel de Medicina e glória da histologia de todo o mundo, escreveu, algures, que muito lhe pesava a desproporção entre o avanço, cada vez mais acelerado, dos nossos conhecimentos científicos nos diversos sectores do saber humano e o nosso desenvolvimento do cérebro, tão ronceiro e preguiçoso, que, de forma alguma, pode abranger o progresso das ciências no seu complexo conjunto. O sonho dos enciclopedistas de há muito se desmoronou!».

Egas Moniz não presumiu, evidentemente, de possuir cultura enciclopédica. Só poderia presumir de tudo saber, se fosse tolo. Mas soube, todavia, muito mais do que a sua estrita medicina, porque se apenas medicina soubesse, nem medicina saberia!, segundo a frase, aparentemente paradoxal, que por aí corre.

Soube da sua medicina, foi original na sua medicina, ao ponto de lhe caber o Prémio Nobel, mas não se ficou por aí. Soube meter a sua especialização num contexto de cultura humanística, com laivos de universal, e daí só tirava benefícios como professor, como homem e como cidadão.

Obedeceu, talvez sem dar por isso, ao famoso preceito de Vitor Duruy, enunciado há mais de um século: **Il faut être universel, au profit de la spécialité.**

A universalidade — a relativa universalidade da sua cultura — aproveitou à sua especialidade. Estamos em

dizer que talvez não fosse Prémio Nobel de Medicina, se, por detrás, ou subjacente à sua preparação científica, não tivesse uma larga cultura humanística.

Diz-se que um homem completamente culto é mais raro que as esmeraldas azuis. Não há, aí, ninguém que tudo possa conhecer, e conhecer a fundo.

Certo, certíssimo. Mas será que poderíamos considerar culto o homem que soubesse este mundo e a cabeça do outro?

A cultura não está no muito que se sabe, mas num certo **quid** que se deve sobrepor ao saber — seja este geral, seja especializado.

Aquilo que deve impregnar o saber — sob pena de este pouco nos adiantar — será uma profunda dose de humanismo.

Sem o saber posto ao serviço da promoção integral do homem, nada feito ou tudo mal feito. Não se pede que deitemos o corpo às ortigas, que descuidemos o bem-estar económico. Mas tudo culminará na espiritualização do homem, fazendo que este seja uma criatura essencialmente fraterna a nível ecuménico.

Ciência que divide os homens, não é cultura, no alto sentido desta palavra.

O saber estritamente profissional, e, para mais, em especialização apertada, encurta vistas, isola. O saber deve ser humanista. Há de traduzir-se (para que o consideremos culto) em dons de fraternidade humana.

A falta de cultura humanística, a estrita preparação científica, leva os homens a tudo considerar **more geométrico**.

Roberval, depois de assistir à representação de uma peça de Racine, não se teve, e perguntou:

«Qu'est ce que cela prouve?»

Nem tudo se prova matematicamente, laboratorialmente. Bem sabemos que **il n'y a science que du mesurable**. Mas há ramos do saber que não cabem nas provas estritamente matemáticas.

Mal vai àquele que procura na lógica matemática o esquema das relações entre os homens. Essas relações têm, por vezes, muito de inefável. E o inefável (aí de nós!) é rebelde a senos e cossenos e coisas que tais.

Só a cultura de feição humanística pode fornecer — e aguçar — um sexto sentido para certa inefabilidade das relações entre os homens e para uma larga cosmovisão psicológica.

Essa cultura a possuía Egas Moniz, sem, todavia, lhe faltar a óptima cultura científica. Conciliou as duas. E não consta que, mutuamente, se tenham prejudicado. Antes, reciprocamente, se auxiliaram.

Egas Moniz não foi o estrito investigador científico. Para além de professor universitário, sentiu-se também no dever de ser cidadão atento à política do seu país, e não apenas na qualidade de espectador. Quis ser

e foi, político intervencionista. A sua educação de cariz humanista — não dizemos enciclopedista — levava-o a exorbitar do estrito magistério e da clínica, para dar o seu contributo de inteligência e de civismo às coisas da governação pública. Não quis ser o técnico puro, de quem talvez pensasse: **techinus purus, asinus purus**.

Com efeito, o simples técnico, nada mais vendo do que a cabeça de alfinete da sua especialização, acaba por ganhar uma certa miopia e paralisia para as perspectivas de conjunto. Egas Moniz não se quis ficar na apropriada especialização. A par da sua cultura científica, esforçou-se por ganhar cultura que lhe propiciasse larga mundividência. Essa mundividência não lhe faltou e foi mercê dela que se intrometeu na política. Fez magistério, sim. Clínica também. Não esqueceu a investigação científica. Mas entendeu que, sendo embora, professor, clínico e investigador, não deveria desinteressar-se da sua cidadania activa.

Egas Moniz não foi, não quis ser, o técnico puro.

O técnico puro, pela falta de mundividência filosófica, que o mesmo é dizer: mundividência humanística, é, nas mãos dos políticos, um instrumento de escravização. O nosso homem, dentro da sua especialização respeitante a uma cabeça de alfinete, só vê valores grosseiramente pragmáticos. Não alcança os inefáveis valores do espírito à escala do grande, do contexto ecuménico da Humanidade.

Egas Moniz não foi filósofo de profissão. Todavia, possuiu a filosofia bastante para se libertar das estreitezas do estrito profissionalismo.

Egas Moniz foi o tipo de homem selecto, a negação do homem vulgar, porque, se este se contenta com uma cultura estática (e esta mesmo a nível de confrangedora penúria), aquele procura permanentemente transcender-se, tendo, como ninguém, o sentido agudo da problemática, para esta escogitando soluções inéditas, ou renovadas.

Fosse Egas Moniz um simples espírito erudito, atalhadado do saber dos outros, sem outra ambição que a de deslumbrar pelo muito do que recebeu de fora, e não teria dado um passo à frente, no campo da medicina. Não foi, porém, o tipo do homem erudito, do citador, recitador e... trescitador do saber alheio. Quis — e admiravelmente o conseguiu! — transcender aquilo que já encontrou feito. Pretendeu atirar a seta da originalidade para além do **statu quo**. Meteu-se pelo caminho de investigações inéditas, ou apenas esboçadas por outros, interrompidas a meio caminho. Homem de nobre estirpe intelectual, e não homem-massa (o simples repetidor ou passivo eco alheio), entendeu ser seu dever trazer, mercê do seu esforço, da sua dinâmica criadora, um novo contributo à ciência que, como professor universitário, leccionava.

Teve, contra si, a surda hostilidade dos rotineiros, dos homens vulgares (que também os há — se há! — na Universidade), mas lançou-lhes um olhar de desdém, persistiu, apesar de tudo, e contra tudo, e meteu a sua lança nas áfricas da originalidade. O Prémio Nobel não lhe foi atribuído, de mão-beijada, mas em função de valiosíssimo contributo que trouxe a fisiologia do cérebro.

Como professor de alta estirpe intelectual, sentiu-se no dever de se suplantiar. Existe uma nobreza moral. Existe, outrossim, uma nobreza intelectual. Se a nobreza moral consistiu em transcender-se, diariamente, no respeitante a qualidades afirmativas de carácter, a nobreza intelectual, a nobreza de um magistério universitário digno do nome, consiste em comunicar aos seus alunos para além do espólio científico em circulação, o resultado de investigações originais de conta própria.

### QUE PENSARIA EGAS MONIZ, SE ASSISTISSE AO 25 DE ABRIL?

Que pensaria Egas Moniz, se assistisse ao 25 de Abril de 74?

Talvez repetisse muitas das palavras que proferiu, ao traçar o Programa do Partido Centrista, de que fez parte.<sup>(38)</sup> Esse programa foi publicado em 20 de Outubro de 1917, e dele extraimos os passos seguintes:

«Não somos **radicais**, porque nem todas as raízes se cortam; mas não somos tão pouco **conservadores**, no sentido de **retrógrados** ou **reaccionários**, porque não excluimos dos nossos propósitos o espírito de reforma e de evolução. Somos moderados no radicalismo da nossa projectada acção: preferimos conservar melhorando, as energias nacionais, olhos postos nos ideais de reforma social cujas reivindicações justas reconhecemos. Entendemos, porém, que dentro da fórmula republicana que corresponde ao Estado actual da nossa sociedade, afirmando ser liberais, definimos, consequentemente, a nossa reprovação a toda a tirania e a toda a violência, porque também são possíveis no regime, quando ele permite a degenerescência demagógica e anárquica que tudo destrói e tudo esteriliza».<sup>(39)</sup>

Esse programa ainda agora teria actualidade nacional, em muitos pontos. No citado livro pode o leitor encontrá-lo na íntegra.

Sobre esse programa, faria Egas Moniz, depois, uma conferência no Porto. Muito haveria que transcrever aqui dessa conferência. Reproduzimos apenas o final.

«Procuremos que nos governem homens honrados, desinteressados e sabedores, que não conheçam o fac-

ciosismo, que sejam justos nas suas decisões e enérgicos nos seus propósitos, e que não esqueçam que a bondade, essa grande e ignorada força, vale mais do que as medidas violentas, que geralmente atingem mais os seus autores do que as suas vítimas». (40)

De facto, Egas Moniz foi sempre contra os regimes de violência e opressão. Ditaduras de pulso cabe-ludo e de trabuco sempre aperrado, nunca tiveram, não podiam ter, a sua simpatia.

Com efeito, Egas Moniz, sempre que se referiu às ditaduras portuguesas, fê-lo como político liberal, e, portanto, em linguagem de repúdio. Falando da ditadura de João Franco, chama-lhe obra de «demência», filha de um «governo odiado».

Diz ter atacado essa ditadura, que originou o atentado de 1 de Fevereiro (de 1908), com a vivacidade e com o calor que nos dá a convicção de bem proceder. (41) Falou das «infâmias do governo da ditadura», das «violências da ditadura». (42)

Portanto, Egas Moniz foi contra toda a espécie de despotismo. E quem o não é?

Henrique Heine quem dizia que «a Inglaterra foi o único país que cometeu o ridículo de vencer Napoleão».

Não cometeu ridículo nenhum, não senhores! Napoleão quis eliminar a liberdade onde quer que ela existisse. Quis ser o tirano não só na França mas em toda a Europa! Ora, despotismos nem pintados!

Se Egas Moniz agora vivesse, nesta nossa era de contestação sem freio, será que lhe daria o seu inteiro aplauso?

Sim, e não. **Sim**, no protesto contra muitos conformismos que ainda aproveitam a pequenas minorias, mas que atiram para a miséria espantosas maiorias. **Não**, na tempestade de reivindicações que para aí vai de «direitos», que são apenas fáceis e egoístas comodidades. De certo ele gostaria de ver os Portugueses desencadear também uma tempestade em que reivindicassem obrigações. Toda a gente aí se julga a coberto de críticas, fazendo, aliás, de juiz infalível na crítica ao seu semelhante.

Era Augusto Comte quem dizia: «o homem só tem um direito — o de cumprir o seu dever».

Os Portugueses do nosso tempo — muitíssimos deles — trocam o dito comteano, e é como se afirmassem: «o homem só tem um dever — o de reivindicar direitos, atirando com os deveres às ortigas».

Egas Moniz foi político liberal. Advogado de qualquer liberdade? De uma só: aquela que subisse o homem a mais homem, que o promovesse, de **humanus**, a **humanior**.

Não poderia, jamais, dar o seu beneplácito a gover-

nantes que só a querem para eles, e de todo a negam aos cidadãos.

## NOTAS

(1) Com efeito, em 8 de Julho de 1906, João Franco, em reunião com os seus partidários, no Porto, prometera, se viesse a ser Governo, não se afastar, um milímetro, da Carta. Aí declarava que não faria ditadura. Jurava a Deus que só com o Parlamento faria as leis necessárias para a execução do seu programa governativo.

(2) D. Manuel, uma vez feito rei, escreveu a seguinte carta ao Presidente do Conselho, publicada no Diário do Governo:

«Meu presidente do Conselho:

Devendo as cortes, nos termos do artigo 89.º da Carta Constitucional, fixar, no começo de cada reinado, a dotação do Rei, e desejando eu que o Parlamento esteja inteiramente livre de toda a indicação para resolver sobre o assunto, é meu firme propósito que a fazenda da Casa Real não utilize recursos que não tenham a sanção parlamentar.

Creia-me sempre seu muito amigo

Manuel.»

Errata àquilo que a ditadura decretava... D. Pedro V cederia a favor do país, a quarta parte da sua dotação, 91 250\$000 réis anuais.

(3) D. Manuel viria a revogar, em 7 de Fevereiro de 1908, a lei de imprensa de 20 de Junho de 1907. O decreto é assinado pelo rei, por Francisco Ferreira do Amaral e Artur Alberto de Campos Henriques.

(4) Deputado em várias legislaturas, de 1903 a 1917, foi ministro de Portugal em Madrid, em 1917, ascendendo a Ministro dos Negócios Estrangeiros (8-X-1918 a 4-XII-1918). Na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, presidiu à primeira Delegação portuguesa à Conferência da Paz, em Paris, 1918, conservando a pasta dos Negócios Estrangeiros, mas substituído no seu exercício por Canto e Castro (15-XII-1918 a 23-XII-1918, Azevedo Neves (23-XII-1918 a 27-I-1919) e Couceiro da Costa (27-I-1919 a 30-III-1919).

Em 30 de Junho de 1951, dirigentes das forças republicanas e socialistas solicitaram de Egas Moniz a sua anuência para ser proposto como candidato à Presidência da República. Recusou-se, alegando a sua falta de saúde, e tomando partido pelo candidato almirante Quintão Meireles.

(5) **Um ano de Política**, pág. 18, Lisboa, 1919.

(6) Op. cit., págs. 18-20.

(7) Sidónio Pais assumiu a chefia de um movimento revolucionário contra o governo democrático (5-XII-1917), que acabou por triunfar. Deposto Bernardino Machado, Sidónio Pais tomou a chefia do País, inaugurando então a «República Nova» com as características de presidencialista.

Em 9 de Maio de 1918 realizou-se a eleição presidencial, e Sidónio foi eleito por meio milhão de votos. Os partidos políticos negaram-lhe o sufrágio.

Passaram, depois, a conspirar contra ele. Malograda a tentativa do movimento de 15-VI-1918.

(8) **Um ano de Política**, págs. 84-86, Lisboa, 1919.

(9) Op. cit., págs. 145-147.

(10) Op. Cit., págs. 149-150.

(11) Op. cit., págs. 156-158.

(12) Op. cit., págs. 159-160.

(13) Op. cit., pág. 162.

(14) Quando embarcava, em Lisboa, na estação do Rossio, com destino ao Porto, foi assassinado por um fanático, José Júlio da Costa, que veio a morrer no manicómio.

(15) Op. cit., págs. 141-143.

(16) Op. cit., pág. 143.

(17) Op. cit., pág. 143.

(18) Op. cit., pág. 143-144.

(19) Op. cit., pág. 141.

(21) Op. cit., pág. 155.

(22) Op. cit., pág. 190.

(23) Op. cit., pág. 201.

(24) Op. cit., pág. 259.

(25) Op. cit., pág. 385.

(26) Op. cit., pág. 398.

(27) Op. cit., páb. 407.

(28) Mao Tsetung quem disse:

«O sistema socialista acabará por substituir o sistema capitalista; essa é uma lei objectiva, independente da vontade do homem. Por muito que os reaccionários tentem impedir o avanço da roda da história, tarde ou cedo se fará e conquistará inevitavelmente a vitória.» (Citações do Presidente Mao Tsetung, págs. 25-26, Lisboa, 1974). A nota é nossa.

(29) **Um Ano de Política**, págs. 73-75, Lisboa, 1919.

(30) Já Aristófanés, na **Assembleia das mulheres**, punha as seguintes palavras na boca de Proxágora (paródia do nome de Pitágoras): «Direi, desde já, que todos os bens devem ser postos em comum, e cada qual deve ter a sua parte, para viver. Não faz sentido que um seja rico e outro miserável.»

(31) Há quem não goste da expressão segundo a qual a escola deve preparar a mocidade para as lutas da vida.

Acham a metáfora demasiadamente belicosa, e queriam, em vez de uma escola feita para a sociedade, uma sociedade feita para a escola.

Divida-se a conta ao meio: que a escola se faça para melhorar a vida social, e que esta se viva para melhorar a escola. (A nota é nossa).

(32) **Um Ano de Política**, págs. 76-77, Lisboa, 1919.

(33) **Um Ano de Política**, pág. 78, Lisboa, 1919.

(34) O «leite da ternura humana», de que fala Shakespeare não é simples metáfora. Ai da criança que o não «bebeu» a seu tempo!

(35) Citado em Madeleine Rambert, **A mulher só e os seus problemas afectivos**, págs. 25-26, Lisboa (1971).

(36) A propósito, leia Manuel Breda Simões, em **Espiral**, n.º duplo 8-9, pág. 25, Lisboa, 1965.

(37) **Dr. Barbosa de Magalhães, Parlamentar e Político**, págs. 19-20, Aveiro, 1955.

(38) O **Centrismo** foi movimento político iniciado por Egas Moniz, de acordo com os dissidentes do partido evolucionista que tinham assento na Câmara, Vasconcelos e Sá, Limas Machado, Malva do Vale, Tamagnini Barbosa. O Programa do **Centrismo** foi publicado em 20-X-1917. No Porto, a propaganda do Centrismo foi iniciada oficialmente por uma conferência de Egas Moniz, no Ateneu, que deu lugar a opostas manifestações ruidosas. Por sugestão de Sidónio Pais, após a revolução de 5-XII-1917, o partido centrista viria a ser dissolvido. Os seus elementos viriam a juntar-se aos **sidonistas**, para formarem o Partido Nacional Republicano.

(39) **Um Ano de Política**, pág. 56, Lisboa, 1919.

(40) Op. cit., pág. 79.

(41) Op. cit., págs., 12-13.

(42) Op. cit., págs. 13-14.

# bibRIA

NA CAPA:

- 1 — Busto de Egas Moniz, em Avanca
- 2 — Portão da Casa do Marinheiro

## Sumário

	Página
* Poema de António Sérgio ... ..	3
* In Memoriam do Professor Egas Moniz ... ..	3
Por Pedro Homem de Mello	
* Ao Doutor Egas Moniz — Prémio Nobel de Medicina ... ..	4
Por Cardoso dos Santos	
* Em Avanca viu luz — Nova luz da Humanidade ... ..	5
* Egas Moniz — Prémio Nobel ... ..	10
* Egas Moniz, o político — No centénario do seu nascimento (1874-1974) ... ..	19
Pelo Dr. Cruz Malpique	